

### III SEMINÁRIO DE DISSERTAÇÃO DO PPEUR

#### RELAÇÃO DOS DISCENTES DO PPEUR

##### *Turma 2015:*

IGOR BRUNO PINHEIRO DA SILVA - (Orientador: ALEXSANDRO FERREIRA CARDOSO DA SILVA)

KAYCK DANNY BEZERRA DE ARAÚJO - (Orientador: FERNANDO BASTOS COSTA)

**MARTA MARIA DA CONCEIÇÃO BEZERRA** - (Orientador: LINDIJANE DE SOUZA BENTO ALMEIDA)

RENATO LUNA DE LIMA - (Orientador: CLAUDIO ROBERTO DE JESUS)

RUSIANO PAULINO DE OLIVEIRA - (Orientador: FLAVIO HENRIQUE MIRANDA DE ARAUJO FREIRE)

**SUZANA CAROLINA DOS SANTOS DUTRA DE MACEDO COSTA** - (Orientador: ALEXSANDRO FERREIRA CARDOSO DA SILVA)

##### *Turma 2016:*

**ANDERSON LEONARDO DE CASTRO SEABRA** - (Orientador: FERNANDO MANUEL ROCHA DA CRUZ)

**BÁRBARA MAIA LIMA MADEIRA PONTES** - (Orientador: JOANA TEREZA VAZ DE MOURA)

**CAROLINE SOUZA DOS SANTOS** - (Orientador: FABIO FONSECA FIGUEIREDO)

**DIANA ARAUJO RODRIGUES** - (Orientador: MARCIO MORAES VALENÇA)

**DOUGLAS DA SILVA ARAÚJO** - (Orientador: RODRIGO FIGUEIREDO SUASSUNA)

**EDUARDO PATRICIO DA SILVA** - (Orientador: ROBERIO PAULINO RODRIGUES)

**ELIANE DE SOUSA CUNHA** - (Orientador: WINIFRED KNOX)

**GEORGE LUIZ ROCHA DA CÂMARA** - (Orientador: MARIA DO LIVRAMENTO MIRANDA CLEMENTINO)

**GILNADSON DA SILVA BERTULEZA** - (Orientador: ANGELA LUCIA DE ARAUJO FERREIRA)

**GLEIDE CONCEIÇÃO DOS SANTOS** - (Orientador: RITA DE CASSIA DA CONCEICAO GOMES)

**JELISSE VIEIRA GOMES ALMEIDA** - (Orientador: FABIO FONSECA FIGUEIREDO)

**JULLIANI LAISS ALVES MAIA** - (Orientador: ALEXSANDRO FERREIRA CARDOSO DA SILVA)

**LUIS RENATO NOGUEIRA DA ROCHA** - (Orientador: MARCIO MORAES VALENÇA)

**MIKAEL VICTOR SILVA DA CÂMARA** - (Orientador: ALEXSANDRO FERREIRA CARDOSO DA SILVA)

**THAYSA TAIANNE BELO COSTA** - (Orientador: LINDIJANE DE SOUZA BENTO ALMEIDA)

VINÍCIUS KLAUSE DA SILVA - (Orientador: FERNANDO BASTOS COSTA)

*Turma 2017:*

**ALENUSKA LUCENA MEDEIROS** - (Orientador: FERNANDO MANUEL ROCHA DA CRUZ)

**ANA CÉLIA BAÍA ARAÚJO** - (Orientador: ZORAIDE SOUZA PESSOA)

**ANDRÉ FELIPE BANDEIRA CAVALCANTE** - (Orientador: ALEXSANDRO FERREIRA CARDOSO DA SILVA)

**BEATRIZ MEDEIROS FONTENELE** - (Orientador: SARA RAQUEL FERNANDES QUEIROZ DE MEDEIROS)

**BISMARCK OLIVEIRA DA SILVA** - (Orientador: FABIO FONSECA FIGUEIREDO)

**CARINA APARECIDA BARBOSA MENDES CHAVES** - (Orientador: SARA RAQUEL FERNANDES QUEIROZ DE MEDEIROS)

**CICERO WILDEMBERG MATIAS GOMES** - (Orientador: MARIA DULCE PICANCO BENTES SOBRINHA)

**CINTHIA MONAYRA BARBOSA DE MATOS** - (Orientador: FERNANDO MANUEL ROCHA DA CRUZ)

**EDILZA PAULA QUEIROZ ALVES** - (Orientador: ZORAIDE SOUZA PESSOA)

**ELAÍNE CRISTINA DOS SANTOS** - (Orientador: WINIFRED KNOX)

**ELEIDIANA AZEVEDO COSTA BULHÕES** - (Orientador: FERNANDO MANUEL ROCHA DA CRUZ)

**ÉRICA MILENA CARVALHO GUIMARAES LEONCIO** - (Orientador: ALEXSANDRO FERREIRA CARDOSO DA SILVA)

**FRANCISCA SUERDA SOARES DE OLIVEIRA** - (Orientador: FERNANDO BASTOS COSTA)

**GABRIELA BAESSE IGLESIAS ALVES PEREIRA** - (Orientador: MARCIO MORAES VALENÇA)

**GABRIEL RODRIGUES DA SILVA** - (Orientador: MARIA DO LIVRAMENTO MIRANDA CLEMENTINO)

**HERBERT EMMANUEL LIMA DE OLIVEIRA** - (Orientador: FABIO FONSECA FIGUEIREDO)

**JOANNA DE OLIVEIRA GUERRA** - (Orientador: LINDIJANE DE SOUZA BENTO ALMEIDA)

**JULIETE BERNARDINO PEREIRA** - (Orientador: LINDIJANE DE SOUZA BENTO ALMEIDA)

**LIDIANE ALVES UCHOA** - (Orientador: SANDRA CRISTINA GOMES)

**MARÍLIA CLÁUDIA LEMOS MONTEIRO FERREIRA** - (Orientador: ZORAIDE SOUZA PESSOA)

**RAMON IURY ALVES DE AMORIM** - (Orientador: JOANA TEREZA VAZ DE MOURA)

**RAYANE TEIXEIRA DE LIRA DOS SANTOS** - (Orientador: FABIO FONSECA FIGUEIREDO)

**RYLANNEIVE LEONARDO PONTES TEIXEIRA** - (Orientador: ZORAIDE SOUZA PESSOA)

**SHAYENNE BARBOSA DIAS** - (Orientador: CLAUDIO ROBERTO DE JESUS)

**THAIS DOS SANTOS VIEIRA GABI DE MACEDO** - (Orientador: MARCIO MORAES VALENÇA)

**YURI DE SOUZA DUARTE** - (Orientador: MARCIO MORAES VALENÇA)

## **LIVRO DE RESUMOS:**

---

ALENUSKA LUCENA MEDEIROS

### **ESPAÇO E TEMPO NA REGIÃO DO SERTÃO DO SERIDÓ DO RIO GRANDE DO NORTE**

As cidades do Brasil passaram por processo de transformação territorial no século passado decorrente de processos econômicos e sociais. Essas transformações espaciais estão marcadas no concebido, percebido e vivido, cujas dinâmicas são diferentes de acordo com o tempo e lugar. A região do sertão do Seridó do Rio Grande do Norte, marcada pelo ecossistema da caatinga, pelo povoamento de portugueses, holandeses e italianos no século XVIII, sendo o primeiro núcleo republicano no Rio Grande do Norte no século XIX, apresenta no século XX processos de transformações nos seus espaços motivadas pelo ciclo da agropecuária, do algodão e mineração, onde houve um grande desenvolvimento econômico na região que resultaram em diferentes apropriações na zona rural como na urbana de forma espontânea ou artificial. Este trabalho pretende analisar a identidade e o pertencimento dos usuários nessa produção espacial do século XX e que continua no século XXI na região do sertão do Seridó do Rio Grande do Norte. Para a análise do espaço do século passado o estudo pretende se desenvolver a partir de entrevistas, fotografias, cartografias e dos livros do seridoense, escritor e médico Paulo Bezerra: *Cartas dos Sertões do Seridó* (2000), *Outras Cartas dos Sertões do Seridó* (2004), *Novas Cartas dos Sertões do Seridó* (2009) e *Cartas dos Sertões do Seridó* (2013), tendo como coenunciador o jornalista Woden Madruga. Na obra se vê o regionalismo rasgado tanto quanto as descrições detalhadas do sertão de suas vivências e memórias que se dá especialmente no corpo das cartas, de um espaço vivido e observado, onde revela a subjetividade e significação do espaço sertanejo no Seridó, no campo e na cidade, descrevendo a casa, a feira, a praça, a igreja, os percursos desse sertão rememorado em cartas, com valor e significado pessoais que, quando compartilhados e reconhecidos adquirem importância para a identidade e cultura regional. A reflexão do espaço concebido no século anterior com o uso contemporâneo contribuirá para o registro das estéticas e apropriações que incorporam práticas e representações sociais passíveis de serem apreendidas na sua temporalidade sobre o sertão do Seridó.

---

ANA CÉLIA BAÍA ARAÚJO

### **PERCEPÇÃO AMBIENTAL, DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA E PROPOSTA DE MODELO DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA O BAIRRO ALECRIM, EM NATAL/RN**

A complexidade da problemática ambiental tem sido reconhecida por seus impactos sociais, econômicos e ambientais, sendo o manejo dos resíduos sólidos (RS) preocupante no Brasil. A poluição gerada por RS ao ambiente afeta negativamente o solo, os mananciais hídricos, a qualidade atmosférica e a paisagem, seja em grande escala (como metrópoles) ou mesmo numa análise mais pontual, como o estudo de um bairro pode demonstrar. A gestão ambiental e a gestão pública devem usar o desenvolvimento sustentável para justificar a necessidade de reforma nas medidas adotadas para gestão do serviço de limpeza urbana (SLU). O Brasil publicou em 2010 a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), e, nesse viés, este projeto visa construir um modelo para gestão de resíduos sólidos integrada e participativa no bairro Alecrim, em Natal/RN, condizente à PNRS, partindo da análise da percepção ambiental local e diagnóstico do SLU no bairro. A justificativa para a escolha do Bairro Alecrim como recorte geográfico é devido a sua relevância para a cidade: com uma diversidade de serviços e instituições, destaque comercial e histórico, grande fluxo de pessoas que frequentam, estudam, trabalham e moram no bairro, o Alecrim possui cerca de 30.000 habitantes (SEMURB, 2013), com elevada produção *per capita* de resíduos potencialmente reciclável e/ou reutilizável, além do montante de resíduos orgânicos (lixo molhado)

proveniente do lixo domiciliar e da Feira Livre e que são atualmente volumes enviados para o Aterro Sanitário (URBANA, 2014). Este projeto visa mostrar alternativas que possam aliar a gestão de resíduos sólidos urbanos mantida pela administração municipal e a comunidade, de forma a sensibilizá-las para a questão do “lixo”. Iniciando a partir de um diagnóstico prévio do sistema de limpeza urbana e a avaliação da percepção ambiental da população do bairro, a metodologia deste trabalho é caracterizada como estudo bibliográfico, sendo uma pesquisa de caráter descritivo-exploratório, com observação participativa e, com duração de 24 meses. A pesquisa deverá passar pelas etapas de: Revisão de literatura; Levantamento de dados; Tabulação dos dados coletados; Análise dos resultados; Qualificação literária; e Conclusões do estudo. Espera-se que os resultados com a elaboração do modelo consigam mostrar que é possível um modelo de gestão de resíduos sólidos no bairro com alternativas que possam torná-la mais eficiente, ao mesmo tempo sustentável e, de acordo com a PNRS, participativa e integrada.

---

ANDERSON LEONARDO DE CASTRO SEABRA

### **LOCALIZANDO A COMIDA DE RUA NA ECONOMIA CRIATIVA**

Na esteira do boom do recente do empreendedorismo brasileiro, entre inúmeras atividades produtivas, mais que uma nova vertente de Comida de Rua, um modelo de venda de alimentos vem se destacando: os *food trucks*, reinventados por empreendedores que adotaram esse formato de comida de rua como estratégia de produção e distribuição do seu produto. Com a expansão global da comida de rua, a atividade ganhou inúmeras vertentes, inclusive no Brasil, que ao modo dos empreendedores brasileiros, encontrou diferentes modelos de operação no país. Além disso, surgiram eventos em espaços públicos e privados que contam com a presença desses “carrinhos” que passaram a fazer parte do circuito de lazer e gastronomia nas cidades. Analisando a Comida de Rua ou *Street Food* nos termos da Economia Criativa, entende-se que, nela, o valor simbólico gerador do preço ou valor econômico, comumente associado aos ingredientes utilizados, pode ser compreendido como o resultado do trabalho empreendido durante a concepção, criação, execução\preparação, venda, distribuição e promoção do prato, do alimento em si e da experiência como um todo. Tal se dá porque se entende que seria neste processo que estariam presentes fatores e aspectos intangíveis de geração de valor como originalidade, talento, autenticidade colaboração, habilidade individual, técnica, saber-fazer, entre outros, que vão além da importância dos ingredientes, dos utensílios e/ou maquinário utilizados. Estes que combinados aos insumos, a outros ativos, ao trabalho, busca por inovação e a capacidade empreendedora, tornam o valor do que é produzido bem maior que antes. Trata-se, portanto, do que perpassa a materialidade, ou seja, é o imaterial e o valor simbólico que determinam o valor econômico. Nesse contexto de valorização recente da Gastronomia e do seu fortalecimento enquanto atividade econômica, este trabalho de investigação exploratória considera o surgimento de uma nova geração de Comida de Rua nas cidades brasileiras, representada pelos *food trucks*, *food containers*, *food parks* e suas variantes, e investiga sua narrativa, estratégia de atuação, prática discursiva e representações. Através de uma abordagem qualitativa, com suporte de diversos métodos, é feita a aproximação entre o conceito de Economia Criativa, suas características e princípios balizadores dela no Brasil com a atividade de Comida de Rua. É Examinado os discursos do ponto de vista social, econômico e cultural que acompanham os trabalhadores da Comida de Rua, e observado como se materializa esse movimento, as práticas incorporadas a ele e o cotidiano que os constituem, com a intenção de empreender uma tentativa de situá-los no que é compreendido como Economia Criativa.

**“TANTA CASA SEM GENTE, TANTA GENTE SEM CASA”**

**o IPTU Progressivo como instrumento de garantia do direito à moradia**

**uma possibilidade de enfrentamento ao déficit habitacional no município de Natal/RN**

A pesquisa tem como objetivo analisar a possibilidade de enfrentamento ao déficit habitacional no município de Natal/RN utilizando o IPTU progressivo, ferramenta do direito urbanístico na garantia do direito à moradia. Para compreender a realidade, a pesquisa pretende estudar o déficit habitacional levando em consideração o regimento jurídico da propriedade privada, o processo de urbanização, contextos socio-históricos e os conceitos utilizados pelas instituições como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fundação João Pinheiro, Plano Local de Habitação de Interesse Social e do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. Ainda analisaremos os conceitos de Direito à Moradia, sua evolução histórica e reconhecimento tanto em âmbito internacional quanto nacional relacionando ao entendimento de Direito à cidade enquanto Direito Humano e de disputa por espaço, solo urbano. Utilizaremos na nossa metodologia de pesquisa a análise de documentos e casos locais com pesquisa de campo na Secretaria Municipal de Habitação, na Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes – SEHARPE e na Secretaria Municipal de Tributação – SEMUT, nos concentrando na abordagem sobre a especulação imobiliária e os vazios urbanos na cidade. O conceito de função social da propriedade será central no entendimento da possibilidade de enfrentamento da problemática e, por isso, utilizaremos exemplos da aplicação no âmbito nacional com foco no estudo da experiência do Departamento de Controle da Função Social da Propriedade (DCFSP) para entender se é uma medida capaz de garantia de enfrentamento ao ciclo da(re)produção capitalista do espaço urbano baseada na segregação espacial, especulação e déficit habitacional nas cidades. A partir desse enfoque, realizaremos entrevistas semiestruturadas com militantes organizados em movimentos sociais (MMM, MNPR, Levante Popular da Juventude, MLB e Comitê Natal de Direitos) por serem os sujeitos e intelectuais orgânicos de acordo com a compreensão gramsciana. Procuraremos ainda utilizar pseudônimos como forma de resguardar sua privacidade no caso dos movimentos sociais e representantes de secretarias, por exemplo. Utilizaremos, dessa forma, o conceito de extrafiscalidade do imposto e sua relação com o ordenamento urbano municipal levando em consideração a competência tributária e condução da política habitacional. A metodologia que adotaremos perpassa a pesquisa bibliográfica, documental, jornais, revistas, pesquisas de campo e entrevistas, com a finalidade de trazer referenciais essenciais para compreender a problemática central da pesquisa.

**RN SUSTENTÁVEL:**

**uma análise à luz da teoria das Redes**

Este resumo trata especificamente do segundo capítulo da dissertação em construção para a obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da UFRN, e tem como objetivo principal fazer um histórico e caracterizar a atuação do Banco Mundial no Brasil e no Nordeste brasileiro, bem como fazer um panorama desta instituição. Considera-se que a forma como se organiza o Banco Mundial, ajuda a compreender a Rede das conexões formada por esta instituição, a influência, articulações políticas, financeiras e econômicas que exerce ao redor do globo.

A partir da segunda metade do século XX (e em especial a partir do final da década de 80 nos países

subdesenvolvidos), observou-se uma série de transformações sociais e fortalecimento das democracias modernas que culminaram na emergência de novos mecanismos de análise para a realidade política e, em especial, para o estudo das políticas públicas e das relações entre os diversos atores da Arena Política.

Dentre as transformações citadas por Kenis e Schneider (1991) está uma cada vez maior diminuição entre as fronteiras pública e privada, evidenciando as influências informais (ou não tradicionais) na formulação de políticas e também a existência de um processo de delegação de funções do Estado para a iniciativa privada. Outro fato citado por estes autores é a existência da transnacionalização de políticas. Observa-se que as políticas internas dos países são cada vez mais influenciadas pelas políticas internacionais e interdependência entre os países. Acordos internacionais, convenções, empréstimos por meio de entidades supranacionais como o Banco Mundial (BIRD), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização das Nações Unidas (ONU) pautam as medidas (políticas públicas) a serem tomadas pelos países, uma vez que estabelecem medidas prioritárias a serem adotadas pelos países-membros (Kenis e Schneider, 1991), trazendo a tona termos como governança global, soberania nacional, multilateralismo e uma crescente interdependência global num contexto de globalização.

De fato, a partir do pós-Segunda Guerra Mundial tais organismos passaram a desempenhar grande influência política, econômica e financeira com alcance global. Mais especificamente, podemos citar a criação do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), como resultado da conferência de Bretton Woods, juntamente com o FMI. Estas instituições tinham o duplo objetivo de financiar a reconstrução dos países no pós Segunda Guerra e promover estabilidade da economia internacional. Para os objetivos desse trabalho, nos interessa mais especificamente o Banco Mundial. Esta instituição nasce quase inteiramente a partir dos ideais norte-americanos, responsáveis por seus desenhos e esforço de origem.

A partir de 1948, o Banco já emprestava recursos para os países “menos desenvolvidos”, mas a concentração de seus empréstimos estava nos países de “capitalismo avançado” até pelo menos o final da década de 1950 (PEREIRA, 2010) – exatamente por esta necessidade de reconstrução do período Pós-Guerra. De acordo com relatórios do próprio Banco, os compromissos do banco chegaram a \$29.7 bilhões para 144 operações em 2016, somando \$658.7 bilhões de empréstimos acumulados desde 1945 (World Bank Lending 2016, 2016).

Hoje, o Banco Mundial (BM) é um complexo financeiro internacional que compreende duas instituições: o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID). A expressão “Banco Mundial” compreende apenas parte (BIRD + AID) da complexidade institucional do Grupo Banco Mundial (GBM) que, além destas duas, é composta por outras três organizações: Corporação Financeira Internacional (CFI), Centro Internacional para Conciliação de Divergências em Investimentos (CICDI), Agência Multilateral de Garantias e Investimentos (AMGI).

O Banco atua em países subdesenvolvidos a partir das seguintes linhas de atuação: i) Redução da Pobreza e Gestão Econômica, ii) Desenvolvimento Ambiental e Socialmente Sustentável, iii) Desenvolvimento Humano, iv) Infraestrutura, v) Setor Financeiro e vi) Desenvolvimento do Setor Privado (PEREIRA, 2009).

No caso brasileiro, de acordo com dados do próprio Banco Mundial, acordos vêm sendo firmados desde 1949 e mais de US\$ 44,8 bilhões já foram financiados para projetos governamentais, o que torna o Brasil o maior parceiro do Bird – além disso, como demonstra Vieira (2008), há uma intensa participação externa no financiamento das políticas públicas brasileiras: no ano de 2008 o BIRD já representava 12% de todos os investimentos públicos do Brasil. Nos interessa mais especificamente o final do século XX, a partir da década de 1980, num contexto de crise da dívida e esgotamento do Estado desenvolvimentista

brasileiro; é este o momento também em que os fluxos de empréstimos entre o BIRD e o Nordeste passa a ser cada vez maior – Esplar (2004) mostra que na década de 1970, os empréstimos para o Nordeste não alcançaram os US\$ 330 milhões; na década de 1980 estes valores quadruplicaram – fruto, em específico, de uma mudança de paradigma da instituição que passa a colocar o tema do combate à pobreza em evidência, enquanto a temática do desenvolvimentismo vai ficando em segundo plano (CHESNAIS, 1996). O BIRD, hoje, atua a partir de duas linhas específicas: o desenvolvimento comunitário e o alívio à pobreza.

Tomaremos como referência três momentos que ajudaram a moldar essa nova faceta do BIRD e da estratégia que surge para o Nordeste brasileiro: a) o Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial, do Banco Mundial, em 1990, que irá trazer à centralidade a questão da pobreza (e o combate a ela) bem como a ideia do desenvolvimento sustentável, um dos responsáveis por estabelecer a lógica que irá determinar o financiamento de programas pelo BIRD a partir daí; b) o programa de combate à pobreza no Nordeste financiado pelo Banco Mundial, o *Northeast Rural Poverty Alleviation Program* que irá traçar uma nova relação entre o financiamento desta instituição diretamente com os estados e municípios; e c) o Projeto Áridas, 1995, uma estratégia de desenvolvimento sustentável para a região nordestina do governo federal, executado no âmbito da Cooperação Internacional por meio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), este projeto incorporava conceitos e Metas e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Neste contexto de empréstimos e contratos com o Banco Mundial, o Rio Grande do Norte se insere em um histórico de relação com esta instituição especialmente no que tange à projetos destinados à redução da Pobreza no meio Rural e aos Recursos Hídricos. O foco do trabalho desenvolvido é o último contrato firmado entre esta instituição e o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, o Projeto RN Sustentável, que, por sua vez, encontra-se exatamente na perspectiva de múltiplos atores – privados, públicos e supranacionais – envolvidos na elaboração e implementação de Políticas Públicas.

---

BEATRIZ MEDEIROS FONTENELE

## **CONDIÇÕES DE MOBILIDADE E REPRODUÇÃO DO TRABALHADOR:**

### **a cidade e os conjuntos do programa Minha Casa Minha Vida - faixa 1 na RMNatal**

Os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida produzem transformações socioespaciais e econômicas nas cidades e em seus entornos. Entretanto, essas mudanças no tecido urbano estão ligadas a problemas de planejamento urbanístico, dificultando os acessos e deslocamento dos residentes para locais públicos e privados. As cidades são estruturadas na lógica do capital, o que significa que não conseguem oferecer um padrão de vida e infraestrutura adequados à totalidade de sua população, em particular à classe trabalhadora. A partir desse contexto, este estudo tem como objetivo analisar os 38 conjuntos do Programa Minha Casa Minha Vida - faixa 1, localizados na Região Metropolitana de Natal, quanto à reprodução social dos residentes no que diz respeito ao deslocamento destes para seus locais de trabalho, escola, supermercado e outros trajetos cotidianos necessários. Para melhor compreender as necessidades diárias do trabalhador, será analisando o entorno e a localização dos empreendimentos destinados à população de baixa renda (zero a três salários mínimos, ou até R\$1.600,00), construídos pelo programa do Governo Federal entre os anos de 2009 e 2016. Além disso, a pesquisa contará com a análise do tempo de deslocamento e formas de acesso a lugares básicos na vida dos residentes para melhor compreender a influência da mobilidade e acessibilidade na vida desses trabalhadores. Tendo como objeto de pesquisa e recorte territorial os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida – Faixa 1 da Região Metropolitana de Natal, para a realização desta pesquisa e na tentativa de atingir o objetivo principal proposto, será feita uma pesquisa exploratória incluindo levantamento fotográfico e

cartográfico, uma pesquisa bibliográfica e documental, e pesquisa de campo estruturada por meio de entrevistas por questionário, para compreender a natureza e o papel da mobilidade do trabalhador residente nos condomínios em seu cotidiano. Os dados da pesquisa serão dispostos em mapas temáticos e receberão tratamento estatístico para análise quantitativa e qualitativa.

---

BISMARCK OLIVEIRA DA SILVA

**PROGRAMA ÁGUA AZUL:**

**uma avaliação do sistema de monitoramento das águas das praias urbanas de Natal/RN**

O estudo pretendido compreende a cidade de Natal/RN, acerca da política de monitoramento de qualidade das águas das praias urbanas, onde pretende identificar os principais fatores de degradação ambiental desse bioma no município, devido ao agravamento do fenômeno da “questão ambiental” que se manifesta de multiformas, bem como investigar sobre a qualidade das águas praieiras, explicitando como o Estado lida com a questão e seu comportamento para o tratamento e resolução dessa problemática, inserida recentemente na cena da luta por sua preservação diante do reconhecimento de sua importância na sobrevivência da espécie humana por alguns segmentos da sociedade, baseado na tríade: questão social, ambiental e econômica, que é indissociável da ordem atual vigente, ou seja, do sistema de produção capitalista, e de sua política neoliberal que se alimenta da relação produção-consumo, valendo-se do discurso do desenvolvimento sustentável (SILVA, 2010). O objetivo geral é compreender a situação das águas das praias citadas através do programa de monitoramento das águas do estado, intitulado Água Azul criado desde 2002 no estado do RN. Quanto à metodologia, no processo de coleta, análise, e avaliação de dados aplicar-se-á às técnicas de entrevista, pesquisa bibliográfica e documental, e avaliação quanto à eficácia da referida política de monitoramento frente à preservação ambiental. As instituições a serem entrevistadas serão: o IDEMA-RN e o IFRN. Pretende-se avaliar como é desenvolvida a política de monitoramento das águas das praias urbanas de Natal, bem como os possíveis níveis de poluição e sua abrangência, suas consequências para o meio ambiente e a sociedade, e quais os mecanismos para prevenção, promoção, e monitoramento permanente das águas que banham a capital. O estudo servirá para uma melhor compreensão acerca do fenômeno da questão ambiental e para subsidiar as ações do poder público tanto no aprimoramento do monitoramento quanto uma maior participação pelos órgãos competentes no seu papel de preservação desse bioma, e elencar formas alternativas de lidar com as questões ambientais, sociais, culturais e econômicas na busca de uma efetivação da proteção ambiental dessas áreas.

---

CARINA APARECIDA BARBOSA MENDES CHAVES

**PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA:**

**a condição dos imóveis do faixa 1 na região metropolitana de natal**

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi lançado em 2009 dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no intuito de dinamizar a economia do país num contexto de crise mundial. A indústria da construção civil é capaz de impactar variadas cadeias produtivas, sendo geradora de importante montante de emprego e renda no país. Para além do seu aspecto econômico, o PMCMV foi implantado visando atender a uma população com renda familiar de até dez salários mínimos, disponibilizando subsídios diretos, de acordo com cada nível de renda familiar. O programa foi regulamentado pela Lei 11.977 em 2009 e é dividido em três Faixas, sendo a Faixa 1 destinada a famílias com renda de até 3



salários mínimos. O subsídio do governo para a aquisição do imóvel na Faixa 1 é de 90%, o restante é financiado ao longo de dez anos. Porém esses imóveis não podem ser comercializados e nem alugados, podendo servir unicamente para a moradia do beneficiário e sua família durante o período em que se encontra financiado. Este trabalho visa investigar a situação dos imóveis Faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Natal, nas fases I e II. A hipótese é que após a entrega das unidades, seus respectivos beneficiários já estejam os comercializando e alugando. Portanto esta pesquisa buscará verificar as condições de ocupação dos imóveis, analisando o envolvimento do mercado imobiliário formal, assim como as motivações para o repasse desses e o novo perfil habitacional que se inicia a partir dessa prática. A metodologia a ser utilizada consiste em revisão de literatura, levantamento cartográfico e de dados dos empreendimentos do PMCMV na Região Metropolitana de Natal, além de pesquisas de campo nesses conjuntos habitacionais.

---

CAROLINE SOUZA DOS SANTOS

## **A IMPLEMENTAÇÃO DE PARQUES EÓLICOS NO POLO COSTA BRANCA**

### **RN e a percepção ambiental da população local: olhares e conflitos**

O objetivo central da pesquisa é investigar se a implementação dos parques eólicos no polo Costa Branca - RN conseguem fomentar uma percepção ambiental na população local, uma vez que a maior justificativa para a expansão do setor eólico é a justificativa ambiental ao ser considerada uma energia limpa e uma das soluções para a crise energética. As questões secundárias que se estabelecem a partir desse questionamento central é se sua implementação no território tem uma relação ambientalmente mais equilibrada ou se é geradora de outros problemas correlacionados a aspectos socioambientais, assim como, tentar dar visibilidade e voz às transformações no território a partir da população local. Isso porque tem-se o entendimento de que as temáticas e problemas ambientais não devem ser pensadas e solucionadas apenas pelo viés ecológico, dessa forma, circunscreve-se a crise ambiental a partir de uma visão mais transversal e ampla, a entendendo como problemas também do meio social, econômico, histórico, etc., portanto, indissociadas ao contexto local no qual pertencem. Nesse sentido a crise ambiental não poderia ser vista apenas como uma crise dos recursos naturais, mas da posição do homem no mundo, de suas relações éticas e estéticas com a natureza, criando nesse sentido a necessidade de que as ações ditas e aceitas como ambientalmente corretas sejam revisadas e estejam assentadas sobre este entendimento maior para concretizar-se a possibilidade deste horizonte em que se busca a permanência do homem de forma menos degradante dentro da relação dialógica homem-natureza. A partir desses questionamentos a pesquisa se desenha através de uma metodologia qualitativa em essência, ao realizar levantamento bibliográfico e documental e um estudo de caso sobre a implementação dos parques eólicos para o recorte geográfico dimensionado acima. Os capítulos a serem formulados tentam abranger aspectos teóricos das concepções de natureza, panorama histórico da institucionalização das prerrogativas ambientais na agenda política e uma breve análise da crise ambiental na contemporaneidade, o capítulo em seguida se detém ao debate da crise energética, tentando situá-la no mundo e no Brasil, e para aproximá-lo ao estudo de caso, desenvolvido no terceiro capítulo, onde estarão presentes a formulação do que se entende por percepção ambiental e como a população local está vivenciando os empreendimentos eólicos, a partir de seus olhares e conflitos.

### **TRANSFORMAÇÕES NA AEIS MÃE LUÍZA - NATAL, RN**

O tema deste projeto de dissertação se insere no âmbito da dinâmica urbana com base no direito urbanístico. Trata-se de uma análise das transformações socioespaciais ocorridas na Área Especial de Interesse Social (AEIS) de Mãe Luíza em Natal/RN frente à existência da Lei 4.663/1995 que objetiva regulamentar o uso e ocupação do seu solo urbano desde 1995 até os dias atuais. A Lei 4.663/95 visa, acima de tudo, proteger o direito à cidade da população residente em Mãe Luíza. No entanto, verifica-se na AEIS a existência de diversos fatores que implicam no descumprimento desta legislação, fragilizando dessa forma o direito urbanístico daquela população. Sendo assim, acredita-se na necessidade de um aprofundamento do tema, compreendendo uma análise sistemática das configurações socioespaciais da AEIS de Mãe Luíza. Neste contexto, o objetivo da pesquisa consistirá numa análise das transformações socioespaciais ocorridas na AEIS de Mãe Luíza/ Natal-RN, estabelecendo uma relação com o direito urbanístico presente na área. A definição dos procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa foi orientada, essencialmente, através da análise do espaço urbano e, para isso, entendeu-se como necessário dividir a pesquisa em duas etapas: na primeira etapa será realizada uma Pesquisa Bibliográfica e Documental, a fim de obter um mais amplo embasamento teórico-conceitual sobre o tema, em nível nacional, regional e local. Na segunda etapa, pesquisa de campo, será realizado um levantamento no intuito de analisar as mudanças socioespaciais ocorridas na AEIS de Mãe Luíza. Essa análise tem por finalidade caracterizar, de uma forma privilegiada, o uso e ocupação do solo na área, identificando elementos que se relacionem com a lei 4663/95, desde a data de sua promulgação até os dias atuais.

### **DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO CULTURAL DAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS E CRIATIVAS:**

#### **um estudo exploratório na cidade de São Miguel do Gostoso/RN**

O presente projeto tem por finalidade fazer um estudo exploratório sobre como as políticas culturais e sua promoção está relacionada ao desenvolvimento econômico, social e cultural possibilitando a potencialização das cidades contemporâneas por meio da criatividade. Tendo como referência a observação e análise da cidade de São Miguel do Gostoso/RN e suas experiências como ferramenta para compreender qual a importância da criatividade nas dinâmicas das cidades contemporâneas, levando em conta o contexto e a influência do acesso à cultura bem como as políticas públicas que as incentivem, além de analisar suas interligações e como isso pode está afetando o desenvolvimento da cidade em questão. O estudo das políticas culturais enquanto fator de desenvolvimento inclui compreender diversas lógicas que se inserem dentro das cidades. Essas perspectivas também abrangem como as formas de intervenções destas políticas em um contexto marcado pela busca de condições para que as cidades consigam desempenhar harmonicamente suas dinâmicas de desenvolvimento estão presentes nesse processo. Isso inclui ressaltar que as mudanças decorrentes dos últimos anos moldaram e moldam a sociedade significativamente sendo imprescindível contemplar a entrada de novas influências na discussão sobre a cidade, ou seja, é preciso considerar entre outras coisas, que os cenários apontam para que as cidades sejam delineadas pela chegada de constantes padrões que moldam as relações e incorporam diferentes estilos de vida. Sendo relevante colocar ainda que a cidade moderna é berço de novos grupos e configurações sociais, de novas formas de organização e de conflitos, que são materializados e simbolizados por práticas muitas vezes segregadoras. Condizente com este cenário a criatividade surge como um elemento que oferece condições as cidades contemporâneas de fomentar as capacidades de avaliação e percepção que em prática elaboram pensamentos e formas de inserção no

âmbito da relação com os meios urbanos e a resolução de suas problemáticas. Para tanto, é necessário se aprofundar sobre as questões que dizem respeito as cidades e se elas incorporam e fomentem esses elementos por meio de mecanismos que dialogam com políticas públicas contemplando a cultura como fator estratégico indenitário, constituindo assim um campo onde os aspectos simbólicos sociais e econômicos estão intimamente ligados aos fatores de legitimação das ações ocorrentes nestes meios urbanos. Neste sentido, o estudo importa-se em debruçar sobre estas vertentes, procurando contribuir e fortalecer as concepções sobre como os recursos culturais e as políticas públicas de cultura se fazem presente na esfera da cidade e seu desenvolvimento.

---

DIANA ARAUJO RODRIGUES

### **CASA NOVA, VIDA NOVA?**

#### **(i)mobilidade urbana nos residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida - faixa 1 na Região Metropolitana de Natal.**

O termo *mobilidade* foi empregado inicialmente como sinônimo de *transporte* e passou-se a utilizar a expressão *mobilidade urbana* para definir algo mais abrangente, suscitando a necessidade de incorporar outros aspectos na ordenação dos deslocamentos nas cidades para além de planejar o sistema de transportes. O termo *acessibilidade* é frequentemente confundido com *mobilidade* e essa adição de expressões para se referir aos deslocamentos cotidianos indica na verdade uma mudança de paradigma, evidenciando o direcionamento do foco do planejamento da mobilidade urbana para as pessoas ao invés dos veículos, agregando a necessidade de empregar sustentabilidade ao planejamento e possibilitando subsidiar por meio de soluções de mobilidade a redução das desigualdades e a inclusão social. A Lei nº 12.587 (2012), que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, define mobilidade urbana como: “condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano” e acessibilidade como: “facilidade disponibilizada às pessoas que possibilite a todos autonomia nos deslocamentos desejados, respeitando-se a legislação em vigor”. Com isto, fica claro que mobilidade urbana não se resume ao acesso a transportes, antes de tudo, significa encurtar as distâncias sociais e físicas e promover acessibilidade.

Nas pesquisas mais atuais sobre transporte e mobilidade, observou-se que, nos últimos anos, foi construída uma reflexão mais aprofundada do ponto de vista dos aspectos e impactos sociais da mobilidade urbana, o que favoreceu o surgimento de novas perspectivas para propor práticas mais eficientes no planejamento de ações governamentais que não se restrinjam a solucionar os problemas de tráfego e que possam interferir no quadro de segregação socioespacial e melhorar o acesso a oportunidades para as camadas de baixa renda, mas apesar dos significativos avanços das políticas públicas voltadas a sanar os graves problemas de mobilidade, o foco na busca de soluções ainda tem estado concentrado nas questões de acesso à infraestrutura de transportes e sistema viário, o que indica que a prática do planejamento da mobilidade ainda ocorre de forma superficial e não alcança questões intrínsecas à mobilidade, como, por exemplo, o uso e ocupação do solo. Além disso, existem evidências de que no planejamento e na implementação das políticas de mobilidade não existe articulação institucional. Isso fica claro ao se tentar fazer uma ponte com a política de habitação social, visto que a significativa produção habitacional em larga escala pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi implantada em áreas periféricas e, no geral, não veio acompanhada de soluções de mobilidade que favorecessem a *apropriação*, pelos beneficiários, das suas novas localizações, o que pode aprofundar a desigualdade que deveria ser amenizada por essas políticas.

Podemos afirmar que todas as pesquisas sobre o Programa Minha Casa Minha Vida (faixa 1) na RMNatal, apontam problemas em sua implementação no que diz respeito às localizações dos conjuntos, por estarem inseridos em áreas periféricas e desprovidas dos serviços e equipamentos necessários à reprodução cotidiana configuraria um quadro de segregação socioespacial, essa constatação prévia indicada nas pesquisas citadas motivou a escolha do nosso estudo empírico neste campo. O objetivo desta pesquisa é realizar uma avaliação mais específica e aprofundada nos aspectos referentes à mobilidade, tentando ir além dos diagnósticos já concebidos sobre a inserção urbana dos conjuntos, buscando compreender em que medida esses conjuntos configuram de fato esse quadro, que significado isso tem para inserção dos moradores nas estruturas de oportunidades e nas relações de sociabilidade, e de que forma a mobilidade poderia interferir positivamente.

---

DOUGLAS DA SILVA ARAÚJO

### **SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL E VIOLÊNCIA URBANA:**

#### **a mensuração da impunidade por meio do fluxo do crime de roubo na cidade de Natal/RN**

Poucos problemas sociais despertam tanto o interesse público como a criminalidade e a violência. As consequências de uma sociedade violenta afetam indiretamente toda a população, independente de classe social, raça, religião ou orientação sexual. A violência desagua numa questão social e cultural.

Em razão da concentração de um número maior de pessoas e, conseqüentemente, da má distribuição de renda, a violência encontra-se acentuada nos grandes centros urbanos. Essa violência urbana encontra-se presente principalmente em países que as funções institucionais do Estado, principalmente dos órgãos responsáveis pelo sistema da justiça criminal (polícias, justiça criminal e execução penal), encontram-se deficientes, como é o caso do Brasil.

Na última década, o Brasil presenciou um aumento preocupante com as questões relativas à segurança pública e a justiça criminal. Uma verdadeira obstinação securitária permeia cada dia mais os debates públicos, as propostas legislativas e a própria produção acadêmica.

Atualmente, a defasagem institucional, especialmente aquelas relativas às alterações substantivas não efetuadas nas estruturas organizacionais dos órgãos responsáveis pelo sistema de justiça criminal, (polícias, sistema carcerário, poder judiciário, etc.), obstaculizam a possibilidade de mudanças efetivas, fundamentais para superação das falhas do aparelho estatal e concretização de políticas voltadas à segurança, minimizando a sensação de insegurança da população.

Este trabalho tem por objetivo geral analisar os impactos da crise do sistema de justiça criminal, especialmente no que diz respeito ao fenômeno da impunidade, que gera o sentimento de insegurança experimentado pela sociedade. Os objetivos específicos do trabalho são mensurar os níveis de impunidade para o crime de roubo, analisando o fluxo do sistema de justiça criminal da cidade de Natal/RN, a partir da leitura dos documentos oficiais (boletins de ocorrência, inquéritos, denúncias e sentenças) nas diversas instâncias desse sistema, bem como ponderar sobre os fatores mais preponderantes em relação à probabilidade de punição ou não dos autores do referido crime.

Propor-se-á, inicialmente, um levantamento de casos de roubos junto a Secretaria de Segurança e Defesa Social e a Delegacia especializada da cidade de Natal/RN. Registre-se que o boletim de ocorrência (B.O.) é o termo inicial, em que se dar o conhecimento dos fatos, das pessoas nele envolvidas e sobre suas circunstâncias.

Posteriormente, ao final da etapa inquisitória, será observado o relatório emitido pelo Delegado de Polícia, a partir do qual o Ministério Público vai se basear para oferecer ou não sua denúncia. Nesta fase, perceber-se-á que nem todas as investigações terão seguimento. Logo após, no caso do convencimento do membro do *Parquet*, o mesmo poderá oferecer denúncia ou propor o arquivamento do procedimento investigatório. Caso seja oferecida e recebida a denúncia por parte do juiz, ressalvados os casos de rejeição, inicia-se formalmente a ação penal, agora em curso perante o Poder Judiciário, o qual, após a instrução processual, prolatará sentença condenatória ou absolutória, a depender dos fatos suscitados durante o processo.

Durante todas essas etapas, nas diferentes instâncias da justiça criminal, observar-se-á todas as decisões todas pelos responsáveis por presidir o inquérito policial, a ação penal, bem como o processo de execução, a fim de reconhecer quais causas preponderam na punição dos agentes delitivos, e quais delas influenciam nas estatísticas de impunidade, sob um enfoque quantitativo e qualitativo.

---

EDILZA PAULA QUEIROZ ALVES

### **ENERGIA EÓLICA E SUAS CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE E SUSTENTABILIDADE EM AREIA BRANCA/RN**

A energia eólica vem se destacando devido ao seu grande potencial energético de gerar energia elétrica e por se destacar como fonte renovável e limpa, na qual atende as necessidades sustentáveis, referindo sobre a proteção ambiental e social, não agredindo diretamente ao meio ambiente. No entanto, apesar de ser considerada como fonte renovável através da rotação dos ventos, os parques eólicos implantados em áreas ambientais, como dunas e regiões agrícolas, geram grandes impactos ambientais e afetam as populações que residem nessas áreas, interferindo em atividades produtivas da região, transferindo assim um caráter de dano socioambiental, caracterizando casos de impactos socioambientais sob a perspectiva da vulnerabilidade. Diante disso, o objetivo de estudo da pesquisa é de analisar e discutir as condições de vulnerabilidade e sustentabilidade a partir da implantação de parques eólicos no município de Areia Branca, situado no Rio Grande do Norte. A metodologia de estudo aplicada para esta pesquisa consiste na abordagem qualitativa e o método de estudo adotado será o estudo de caso, constituído por pesquisas documentais, bibliográficas e entrevistas aplicadas para conhecimento ambiental e social da região a ser trabalhada. Portanto, a pesquisa busca analisar as condições de vulnerabilidade e meios sustentáveis diante da instalação de parques eólicos em Areia Branca e identificar os impactos socioambientais decorrentes da instalação de usinas eólicas.

---

EDUARDO PATRÍCIO DA SILVA

### **O DIREITO À CIDADE E O USO DEMOCRÁTICO DAS ESPACIALIDADES PÚBLICAS:**

#### **o problema da acessibilidade intra-urbana em Natal-RN**

O presente trabalho analisará se os arranjos legais e as políticas públicas até então desenvolvidos foram capazes de alterar a estrutura espacial intra-urbana de acessibilidade de Natal-RN. Ao longo dos anos, a maioria dos planejadores urbanos tem desconsiderado o problema da falta de acessibilidade nas cidades brasileiras, dando maior ênfase à acomodação do crescente fluxo de veículos motorizados e à construção das respectivas estruturas necessárias para o tal e, no muito, à ampliação das malhas cicloviárias das cidades. Isso, em detrimento da priorização da plena oferta de acessibilidade espacial aos pedestres em geral e, principalmente, às pessoas com mobilidade reduzida temporária ou permanentemente, algo que

entra em total discrepância com o direito constitucional de ir e vir, com a legislação, políticas e programas que tratam da acessibilidade no país. Trata-se então de uma pesquisa do tipo descritiva, que possuirá uma abordagem qualitativa, onde no procedimento técnico a ser adotado serão utilizados dois eixos de leitura: no primeiro será feito um levantamento bibliográfico acerca da fundamentação teórica do conceito de “barreiras físicas à acessibilidade” nos aspectos arquitetônicos e urbanísticos, dada pelos autores Lippo (2012), Lanchotti (2005), Emmel e Castro (2003), Rodrigues (1986) e pela ABNT (NBR 9050/2015), da fundamentação teórica de acessibilidade inerente a estes aspectos dada pelos autores Sasaki (2010), Garcia (2012), Lippo (2005), RAIA Jr. (2000) e Mace (1991) e, de forma correlata a esse tema, da definição do conceito de “dimensão humana” dada por Gehl (2010), bem como das definições clássicas do conceito de “Direito à Cidade” dadas pelos autores Harvey (2012; 2014) e Lefebvre (2001) e das inter-relações entre tal conceito e o de acessibilidade, apontadas pela “Carta Mundial do Direito à Cidade”, produzido a partir do Fórum Social Mundial Policêntrico de 2006. Já no segundo eixo de leitura será realizada uma pesquisa documental acerca da legislação brasileira de acessibilidade e dos programas e políticas nacionais que tratam desse tema e, dos programas e projetos de desenvolvimento e mobilidade intra-urbanos concebidos pela Prefeitura de Natal-RN nos últimos anos. Os resultados desta pesquisa buscarão descrever as possíveis divergências e/ou convergências entre as ênfases dadas pelos planejadores urbanos da cidade de Natal-RN nos últimos anos e as determinações constitucionais e legais que tratam da questão da acessibilidade direta ou indiretamente no Brasil e, portanto, se a gestão municipal segue as determinações do Estatuto da Cidade destinadas à concepção de cidades que cumpram sua função social em seus desenhos urbanos.

---

ELAÍNE CRISTINA DOS SANTOS

#### **SUCESÃO FAMILIAR NA PERSPECTIVA DA JUVENTUDE RURAL:**

análise das políticas públicas para Juventude rural no território agreste litoral sul

Vários estudos realizados na região sul do país sobre sucessão familiar rural vêm evidenciando que a transição demográfica, o envelhecimento no campo, o intenso processo migratório, as possibilidades de escolarização no meio urbano, maior integração cidade-campo, a instabilidade econômica nas atividades agropecuárias, a falta de recursos para investimentos em tecnologias necessárias para aperfeiçoar a produção agrícola e a imagem negativa do trabalho no campo têm gerado o esvaziamento do meio rural. O presente projeto de pesquisa se propõe a fomentar pesquisa sobre sucessão familiar e juventude rural, com base na implementação de políticas públicas para juventude rural no Território Agreste Litoral Sul, situado na região Agreste do Estado do Rio Grande do Norte. O projeto de pesquisa alinha-se ao trabalho já existente desenvolvido pela pesquisadora que atua no município de Pedro Velho, localizado na área de abrangência do Território Agreste Litoral Sul – TERRASUL, como extensionista rural do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (EMATER/RN). Para embasar esta pesquisa serão realizados estudos de referenciais teóricos sobre os temas abordados no presente trabalho, para construção deste arcabouço teórico destacamos estudiosos que trazem uma contribuição grandiosa acerca da temática juventude rural, sucessão familiar e agricultura familiar: Maria José Carneiro, Elisa Guaraná, Ricardo Abramovay, Francisco Caporal, Nazareth Baudel de M. Wanderley, entre outros. Serão realizadas visitas in loco, e posterior aplicação de questionários qualitativos sobre a implementação das políticas públicas, assim como analisar os resultados obtidos, e produção de trabalho de conclusão da pesquisa. Os objetivos específicos serão: desenvolver estudos sobre os temas da pesquisa: viabilizar aplicação de questionários sobre implementação de políticas públicas para juventude rural em entidades rurais nos municípios do território; analisar a atuação do Território junto à implementação de políticas

públicas destinadas a juventude rural; avaliar a eficiência das políticas públicas para juventude rural na geração de renda e promoção da qualidade de vida no campo no território. Entre outras prerrogativas, utilização de método de pesquisa qualitativo que propiciará uma aproximação da realidade dos atores objeto do estudo, e será empregado o estudo de caso que proporciona redução de custos na pesquisa de campo de forma acessível dos relatos. A pesquisa documental será parte do levantamento de dados e de informações escritas, como: livro de atas, jornais, estatutos (entidades) e publicações oficiais do governo. O projeto é relevante e destaca entre outros aspectos, a reorganização dos segmentos sociais no campo, assim como a atuação dos jovens nesses espaços de participação social e da produção agrícola, assim como os principais entraves no emponderamento do jovem quanto à sucessão familiar nas atividades desenvolvidas no campo.

---

ELEIDIANA AZEVEDO COSTA BULHÕES

### **EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS PÚBLICOS PARA A INFÂNCIA EM NATAL-RN:**

#### **pesquisa sobre cidades contemporâneas**

A vida na cidade vem se modificando ao longo de todo processo histórico. Diversas transformações aconteceram fazendo repercutir no modo como nos relacionamos, produzimos ou consumimos. Transformações essas, que nos interpela quanto a dinâmica das cidades. Nesse contexto, a criatividade tem se tornado um elemento importante. A urbe passa a ser entendida como um lugar de inspiração para seus cidadãos, onde as propostas devem promover qualidade de vida a todas as pessoas. Para isso, é necessária a existência de espaços públicos que permitam a troca de ideias, a convivência e a pluralidade. Esse é um dos elementos de reconhecimento a cidade criativa que tem como base, a energia positiva da criatividade. Ainda no tocante a criatividade, observa-se a infância como uma fase importante para seu desenvolvimento, visto que a criança realiza no jogo lúdico diversas situações da vida cotidiana. Além disso, a criança enquanto sujeito em desenvolvimento, tem assegurado por lei, uma série de políticas públicas como o lazer, o esporte, a educação, a cultura, dentre outras. Na urbe, essas políticas são efetivadas por meio de equipamentos e espaços públicos direcionados ao público infantil. Essa oferta acontece por meio de ações culturais e esportivas que são planejadas de forma a atender essa demanda. Diante do exposto, a proposta inicia com a pergunta de partida: Que equipamentos e espaços públicos promovem a socialização, o lazer e a criatividade das crianças na cidade de Natal-RN? Dessa forma, a análise desse estudo busca refletir sobre os equipamentos e espaços públicos destinados à infância na cidade de Natal-RN e sua relação com a socialização, o lazer e a criatividade das crianças, buscando compreender sua relevância no contexto das cidades contemporâneas e criativas. Como delimitação, escolhe-se como âmbito de pesquisa, o Espaço Cultural Francisco das Chagas Bezerra de Araújo (Área de Lazer do Panatis), Parque Cidade da Criança, Parque Estadual Dunas do Natal Jornalista Luiz Maria Alves (Parque das Dunas). A pesquisa tem natureza qualitativa e compreende os tipos: bibliográfica e de campo e adota como instrumentos, a entrevista semiestruturada, a observação participante e o grupo focal. Sendo assim, o trabalho se realizará em três etapas. A primeira será a execução do levantamento bibliográfico e de dados estatísticos, a segunda, o mapeamento da oferta cultural, esporte e lazer. A última etapa se refere ao tratamento e análise desses dados, a elaboração do projeto de dissertação e o documento final para a defesa, obedecendo ao cronograma estipulado.

---

ELIANE DE SOUSA CUNHA

### **NA CURVA DO VENTO:**

## **um estudo sobre justiça ambiental a partir do Parque Eólico Alegria em Guimarães/RN**

A crise no abastecimento de energia elétrica no Brasil, que ocasionou vários eventos conhecidos como apagões entre 19 e, fortaleceu a demanda por alternativas de energias com fontes renováveis ganhando destaque no mundo. Essa busca tanto para diversificar a matriz energética do país, quanto para contribuir com a redução de emissão de Gases de Efeito Estufa – GEE, em atendimento as demandas ambientais globais, colocou o Brasil na liderança da produção de Energia Eólica na América Latina e tem atualmente o Nordeste, especificamente o Rio Grande do Norte, destaque no ranking nacional dessa produção, tanto em quantidade de parques Eólicos quanto em volume de energia produzida. É na cidade de Guimarães/RN que está concentrada a maior produção de Energia Eólica do Estado. O enfoque desse estudo será no município de Guimarães onde estão localizados os Parques Eólicos Alegria I e II. Pretende-se refletir sobre as questões relativas à instalação deste grande empreendimento no município e seus impactos na vida da população com a implantação dos Parques Eólicos. Optamos por trabalhar como fundamento teórico o conceito de justiça ambiental (ACSERALD, 2009), mas ao mesmo tempo travando um diálogo com os conceitos de ecodesenvolvimento (SACHS) e desenvolvimento sustentável (VEIGA, 2008). Tomando como exemplos algumas análises já realizadas em torno desse tema, tais como os trabalhos de ROZENDO, BASTOS, FERRAZ (2014), SIMAS, PACCA (2012), IMPROTA (2008) relativos às eólicas. Norteados pela concepção de Acserald (2009) sobre o conceito de Justiça Ambiental, queremos saber se a presença e atuação do Parque Eólico Alegria em Guimarães/RN reflete uma numa relação de Justiça ou desigualdade ambiental? Observamos que a energia produzida através da ação do vento, embora seja considerada uma fonte renovável, ainda assim, devido às especificidades para sua instalação e funcionamento, ainda causam danos ao meio ambiente, a exemplo da alteração da paisagem, da mortandade de aves, inferindo no equilíbrio dos ecossistemas locais devido a necessidade de desmatamento da região utilizada para se instalar as torres. Deste modo reiteramos a problemática deixada por Hofstaetter e Pessoa (2015), questionando até que ponto benefícios ambientais globais se justificam pela degradação local? Essa questão põe a dicotomia global e local imbricados pela questão da justiça ambiental que aqui é posta neste trabalho como elemento crucial da discussão. Objetivo Geral é refletir sobre o conceito de injustiça e desigualdade ambiental tomando como exemplo a implantação dos Parques Eólicos Alegria I e II, e seus efeitos na vida da população no município de Guimarães/RN, sob a perspectiva da Justiça Ambiental. Objetivos Específicos: Elaborar discussão teórica envolvendo justiça e desigualdade ambiental ; Analisar os documentos recentes de políticas públicas produzidos no Brasil (PROINFA, PEC97/2015), acerca da questão, estes inseridos em uma relação contextual com a produção dos marcos regulatórios recentes mundiais; Traçar o perfil socioeconômico da população de Guimarães/RN; Descrever o processo de implantação e implementação dos Parques Eólicos Alegria I e II; Investigar como os municípios avaliam a presença das eólicas no seu território. Como metodologia faremos uso da pesquisa exploratória, descritiva com abordagem qualitativa, utilizando-nos da dialética dos sentidos percebidos pela população e na interpretação das respostas às perguntas formuladas nas entrevistas. No que diz respeito aos procedimentos técnicos, a pesquisa documental sobre o município de Guimarães/RN tem como objetivo analisar documentos oficiais, identificar dados estatístico sobre políticas públicas tais como educação, saúde, assistência social, segurança, do município de Guimarães/RN e benfeitorias oriundas dos Parque Eólicos, com o propósito de gerar da observação participante. O trabalho de análise de documentos oficiais e outros será utilizado durante todo o processo. A pesquisa, portanto, em seus objetivos visa desenvolver e esclarecer conceitos, correlacionado com o problema, buscando desvelar ou definir hipóteses a respeito da percepção da população local de Guimarães com relação às inferências das eólicas em suas vidas.



### **O IPTU PROGRESSIVO COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE URBANA NOS PLANOS DIRETORES DE NATAL E PARNAMIRIM**

O instituto da função social da propriedade relativizou o direito à propriedade, retirando seu caráter absoluto e obrigando o proprietário a dar uma destinação social. No Brasil, com o advento da Constituição Federal de 1988 o instituto passou a ser considerado como princípio constitucional da ordem econômica, da política urbana, agrícola e fundiária. Com o Estatuto da Cidade foram estabelecidas as regras gerais sobre os instrumentos de efetivação da função social da propriedade urbana a serem adotados pelos Municípios, estando entre eles o IPTU progressivo no tempo. Contudo, a partir da análise da literatura sobre as experiências das cidades que já regulamentaram os instrumentos, percebe-se que poucos conseguiram implementá-los. Nesse sentido, o presente projeto pretende analisar o IPTU progressivo no tempo como instrumento de efetivação da função social da propriedade através de um estudo bibliográfico que contemple as conceituações pertinentes e a literatura correlata, bem como, comparando o Plano Diretor de Natal e o Plano Diretor de Parnamirim – Municípios que fazem parte da Região Metropolitana de Natal, no Rio Grande do Norte – por meio de um estudo documental envolvendo a legislação dos dois Municípios e, por fim, de entrevistas com os agentes locais, para entender quais as dificuldades encontradas na aplicação de tal mecanismo previsto nos Planos Diretores dos Municípios analisados, além de detectar quais as consequências para os espaços urbanos locais em razão da aplicação ou não do IPTU progressivo.

### **A CONSTRUÇÃO DAS REDES DE FINANCIAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS AGROPECUÁRIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR**

No Brasil até a década de 1990, a agricultura familiar era tratada como agricultura de subsistência ou autoconsumo. Muitos e intensos esforços e iniciativas por parte da sociedade civil, das instituições de representação, das lideranças e da comunidade acadêmica mostraram a relevância da agricultura familiar para além da produção para o autoconsumo e absorção de mão de obra. Contudo, os desafios apresentados pela agricultura familiar para atender a demanda por alimentos saudáveis e em quantidade são enormes, a começar pela renda. A ausência de uma renda que garanta uma vida digna no campo dificulta a permanência das famílias no meio rural. Além disso, a insuficiência de investimentos em infraestrutura produtiva, de beneficiamento, armazenamento, transportes e preços remuneradores, bem como o acesso a políticas públicas de cunho social como saúde, educação, previdência e transporte públicos, são fatores decisivos para a permanência das pessoas no campo. Diante dos desafios que são próprios do meio rural, em especial da agricultura familiar, indaga-se como problemática de pesquisa neste estudo: quais os principais mecanismos de financiamento mais utilizados pelos agricultores familiares associados e/ou cooperados, que impulsionam o desenvolvimento do setor rural? São mecanismos de qual natureza, estatais ou não? Qual a fonte de recursos que os financiam? Na busca de resposta para essas questões serão utilizadas pesquisas bibliográfica e documental, entrevistas com atores conhecedores da problemática, aplicação de questionários com as associações e cooperativas agropecuárias e análise de dados secundários com base em procedimentos de estatística descritiva. Hipoteticamente acredita-se que existe um gama de instrumentos financeiros não tradicionais – subsídios, doações governamentais, transferência direta e investimentos a fundo perdidos – e políticas públicas de demanda (PAA e PNAE), que conformam a complexa rede de financiamento da agricultura familiar, sendo estes, quando implementados de forma articulada contribuem para o sucesso dos

empreendimentos da agricultura familiar, sobretudo as mais periféricas, contradizendo o que se prega no discurso oficial cujo crédito rural é o principal instrumento de reprodução da atividade agrícola familiar.

---

GABRIEL RODRIGUES DA SILVA

### **PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA:**

#### **condições de habitação e acesso à infraestrutura e aos serviços urbanos (na RIDE Teresina e RMNatal)**

O presente trabalho visa analisar a eficiência da política habitacional brasileira no caso da política pública do “Programa Minha Casa, Minha Vida”, em relação à localização dos conjuntos habitacionais e a função do direito à cidade, gozando como suporte a oferta de serviços urbanos disponibilizados as famílias beneficiadas. Onde o eixo da pesquisa será diretamente ligado à *faixa 1*. A relevância da pesquisa pretende averiguar sobre a realidade das famílias, que, por estarem na maioria das vezes inseridas em locais periféricos, precisam lidar com a precariedade da oferta de uma série de serviços urbanos, considerados necessários para uma boa qualidade de vida. Tendo como propósito identificar se o problema de localização é um dos principais causadores da carência de serviços, ou um problema de governança do estado, município ou da própria eficácia do regimento da política habitacional. Pretende-se realizar uma análise comparativa entre a RIDE da Grande Teresina-PI e a RMNATAL-RN, considerando a inserção urbana dos conjuntos habitacionais produzidos por meio do PMCMV- faixa 1, e analisando o acesso à infraestrutura e aos serviços urbanos essenciais. A pesquisa visa divisão em cinco grupos de atividades, o primeiro será realizado um levantamento de dados bibliográficos que permitam o real embasamento teórico, o segundo refere-se à pesquisa em campo diretamente nas áreas de estudo onde serão coletados pontos de controle, utilizando-se do aparelho de Sistema de Geoposicionamento Global (GPS) para auxiliar na localização dos conjuntos e na confecção dos mapas, na terceira etapa serão aplicadas entrevistas com perguntas abertas e fechada aos moradores dos conjuntos habitacionais, já na quarta etapa esta direcionada a analisar o entorno dos conjuntos e obter informações a respeito de quais serviços urbanos são concedidos, e na quinta e última etapa será mapeado cada município que compõem tanto a região da RIDE da Grande Teresina-PI como a RMNatal, e em último momento mapear cada conjunto habitacional existente dentro de cada município que compõe as duas Grandes Regiões. Os resultados obtidos fornecerão dados que poderão ser convertidos em recomendações sobre a atual realidade da política habitacional entre dois estados e seus respectivos municípios envolvidos na pesquisa.

---

GABRIELA BAESSE IGLESIAS ALVES PEREIRA

### **O OLHAR DO PEDESTRE AO CAMINHAR:**

#### **o índice de caminhabilidade**

Nas últimas décadas, foi possível observar um constante crescimento das cidades. Com isso, vários novos desafios surgiram nas áreas urbanas, entre eles está o alto índice de uso de transportes motorizados individuais, tendo em vista esse fenômeno pujante faz-se cada vez mais necessário à valorização e incentivo de modos não motorizados e coletivos de transporte. Entre eles, podemos destacar o caminhar como importante modo de locomoção, sendo um componente essencial em quase todos os deslocamentos. Além disso, os pedestres são mais suscetíveis aos perigos das ruas. Entretanto, apesar da sua importância, o caminhar é debilitado por diversos fatores como: pisos escorregadios, desníveis no passeio, calçadas com largura inferior a mínima recomendada, falta de semáforos específicos e faixas elevadas para pedestres. Para entender a qualidade com que o caminhar acontece nas vias públicas, foi

criado o índice de *caminhabilidade*, que através da avaliação técnica, da opinião e do comportamento dos pedestres, pretende mensurar a qualidade que as calçadas proporcionam aos seus usuários. A avaliação dos passeios públicos é crucial para as cidades, tendo em vista que a valorização de transportes sustentáveis geram cidades com uma melhor mobilidade urbana, além de que, as calçadas são também um importante espaço de interação social da cidade. Entre os critérios de avaliação da *caminhabilidade*, destaca-se a percepção do usuário como crucial, tendo em vista que o domínio e relação com o espaço altera nosso relacionamento com o mundo à nossa volta. Ademais, o ato de caminhar é também considerado essencial para uma compreensão e entendimento da cidade, além de se tornar uma crítica ao urbanismo como disciplina prática. Desse modo, o objetivo do trabalho é realizar uma análise da *caminhabilidade* levando em conta a avaliação técnica e a percepção das pessoas ao utilizarem as vias públicas dos bairros de Cidade Alta, Ponta Negra e Planalto em Natal-RN, essas áreas foram escolhidas para que fosse possível ter um panorama da *caminhabilidade* em lugares da cidade com predominâncias de uso diferentes (comercial, atividade de lazer e residencial). Além disso, também se pretende analisar os aspectos benéficos que o incentivo ao caminhar proporciona a cidade, elencar os diferentes fatores que influenciam na mudança da percepção da *caminhabilidade*, coletar e analisar através de questionários e entrevistas, a percepção das pessoas ao caminharem nas vias públicas dos locais selecionados e observar se o gênero dos usuários faz com que haja uma diferenciação da percepção da *caminhabilidade*.

---

GEORGE LUIZ ROCHA DA CÂMARA

### **O SANEAMENTO BÁSICO NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A PROMOÇÃO DA EQUIDADE E DA JUSTIÇA SOCIAL ATRAVÉS DA UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS, CONSIDERANDO OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS**

Na abordagem acerca da política pública de saneamento básico na RMN e a promoção e aplicação dos princípios de equidade e justiça social através da universalização dos serviços, considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, como se pretende no projeto de estudo aqui proposto, cabe destacar a relevância e as inter-relações das três variáveis apresentadas: o espaço, o tempo e a política pública. O espaço representativo para o estudo é a Região Metropolitana de Natal, cuja configuração atual é resultado do processo de urbanização acelerado e desordenado que extrapolou os limites territoriais da cidade núcleo, Natal, gerando uma situação de transbordamento em direção a municípios vizinhos, no contexto de uma metrópole em formação, com efeitos não apenas na dimensão físico-territorial, como também nas dimensões sócio econômica e político-institucional. Tais fatores se entrelaçaram de forma a produzir uma Região Metropolitana duplamente configurada: a metrópole institucional e a metrópole funcional. A metrópole institucional, mais abrangente, é formada por quatorze municípios incluídos atualmente na legislação estadual. A metrópole funcional é composta pelo município núcleo, Natal, e os cinco municípios com maior integração a este (Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Macaíba e Ceará-Mirim). A pesquisa se delimita numa abrangência temporal de vinte anos, tendo início com o surgimento da Região Metropolitana de Natal, pela Lei Complementar Estadual 152, de 16/01/1997, e conclusão no ano de 2017, destacando-se o fato da entrada em vigor, na metade desse período, do novo marco regulatório do saneamento básico no Brasil, a Lei Federal 11.445, de 05/01/2007, configurando-se assim um importante divisor de águas. Ao se estabelecer como fio condutor o saneamento básico, tem-se como premissa o reconhecimento da relevância dessa política pública e do seu caráter estratégico, colocando-se a universalização desse serviço como fator primordial à dignidade humana. Pretende-se estabelecer o foco nos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, considerando-se ainda, para tanto, o saneamento básico nas suas redes técnicas

construídas, envolvendo as obras físicas, como também o planejamento a ele associado, incluindo os instrumentos de gestão e os mecanismos de controle social, em seus aspectos institucionais tanto no plano vertical (Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado, Assembleia Legislativa e Câmaras Municipais) quanto horizontal (a própria sociedade) dentro desse território. Baseando-se em dados e informações a serem obtidos por meio da pesquisa documental que se pretende realizar, toma-se como referencial teórico a legislação pertinente, compreendendo um arcabouço de leis, decretos, portarias e atos normativos que tratam do tema, no seu alcance nacional e local, incluindo-se os censos, planos e estudos elaborados pela área técnica associada à gestão pública do saneamento básico, nos diferentes entes federativos.

---

GILNADSON DA SILVA BERTULEZA

### **INSURGÊNCIAS URBANAS:**

#### **a emergência de novos movimentos sociais no cenário do bairro da Cidade da Esperança, Natal/RN**

O Movimento Síntese Urbana se firma no bairro de Cidade da Esperança (Natal/RN) como um espaço de discussão e cooperação, de incentivo a arte e a artistas locais. Representa um lugar onde as habilidades de todos são valorizadas e o jovem pode ser e se expressar da maneira que lhe convier. A história do bairro, por sua vez, está arraigada de características que nutrem pertencimento e empoderamento aos moradores. Fundado em três etapas no decorrer da década de 1960, o bairro foi criado a princípio como um conjunto habitacional projetado, seguindo uma leitura dos preceitos do Urbanismo Modernista, onde foi demarcado áreas de funções específicas às necessidades cotidianas dos moradores. Os estudos de Oliveira (2001) e Bertuleza (2014) revelam que em suas primeiras décadas de existência (entre 1970 e 1990), parte de seus moradores participaram ativamente na luta e conquista por melhorias na comunidade, através dos movimentos reivindicativos que foram liderados por eles próprios em favor do bairro, a exemplo do “Movimento Cultural Alternativo” e do “SOS Esperança”. No entanto, paulatinamente esses movimentos foram enfraquecendo e vieram a sucumbir. Nessa perspectiva, o objetivo deste trabalho é analisar a atuação do Movimento Síntese Urbana no contexto atual de (re)apropriação dos espaços públicos no bairro da Cidade da Esperança. Trata-se de uma inserção ao tema da dissertação do autor, já que traz à tona a discussão pertencente à problemática que gerou a pergunta inicial e os objetivos da pesquisa maior ao qual se vincula este trabalho. A motivação para tal escolha surgiu da observação empírica do autor, morador do bairro, a partir da vivência própria dessas transformações e que, em pesquisas anteriores, havia identificado a forte relação afetiva dos habitantes do bairro no uso dos espaços públicos. O percurso metodológico adotado procura aliar o uso da observação participante - destinada ao trabalho de campo no seu conjunto, da chegada até a saída do investigador do local a ser analisado (LAPASSADE, 2001) -, a diversas outras técnicas, como entrevistas, levantamento de dados e análise de fotografias. Os movimentos sociais urbanos representam a reivindicação por direitos humanos cunhados nas mais diversas constituições das nações. Como uma necessidade coletiva, surgem para legitimar aspectos necessários para uma vida pautada na diversidade social de classe, de gênero e de uma ambiência urbana aprazível a todos (AMMANN, 1991; GOHN, 1985; MUTZENBERG, 1999). Ao partir deste pressuposto pode-se dizer que a emergência de movimentos sociais no cenário do bairro da Cidade da Esperança está dentro de um contexto de (re)apropriação por parte dos moradores ao Direito à Cidade, à vida coletiva, à participação e à afirmação de uma juventude que na atualidade busca se estabelecer enquanto grupo por meio do diálogo, da representação da cultura e da vivência dos e nos espaços públicos, como pode ser visto nos estudos de David Harvey (2014).

## **IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS INDÚSTRIAS CERÂMICAS NO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ – RN**

A indústria ceramista é uma atividade produtiva tradicional presente em todo mundo voltada para a produção telhas e tijolos e se caracteriza por ser pouco modernizada e depender do uso de recursos naturais, sendo o principal recurso utilizado, a argila. No cenário brasileiro, essa é uma atividade produtiva característico de municípios cuja dinâmica industrial é bem pouco desenvolvida. Esse tipo de atividade é responsável pela fabricação de tijolos, lajes, telhas, blocos, elementos vazados, utensílios de uso doméstico e de decoração e dinamiza a geração de emprego e renda nas áreas onde estão presentes. Porém, esse tipo de atividade gera uma diversidade de impactos sociais e ambientais devido as suas características produtivas que depende da exploração de recursos naturais e que envolve um processo produtivo rudimentar. A indústria de cerâmica vermelha é uma atividade muito tradicional e difundida na Região Seridó onde se localiza a cidade de Jardim do Seridó-RN. Essa atividade se mantém em expansão ao longo dos anos neste município com uma larga produção de telhas e tijolos, sendo uma das formas de empregabilidade existentes no município e nas cidades ciclo vizinhas com a comercialização de telhas e tijolos para outros Estados nordestinos. Todavia, tendo em vista essa expansão em termos econômicos e de crescimento, mesmo assim não houve investimentos nítidos na mão de obra e nas instalações físicas das indústrias ceramistas acarretando em problemas relacionados ao aspecto ambiental e social resultante dessa atividade que ainda continua sendo exercida sem aparato tecnológico praticamente nenhum. Em relação às condições de segurança no trabalho, não são utilizados equipamentos de proteção individual (EPIs) necessário por utilizar fornos em altas temperaturas, exposição a alta insolação entre outros aspectos diariamente que pode incidir sobre a ocorrência de acidentes no trabalho ou o surgimento de doenças. O Rio Grande do Norte possui 206 cerâmicas conhecidas, distribuídas em 39 municípios e concentradas em três pólos regionais: Seridó, Apodi/Assu e na Grande Natal, produzindo tijolos, telhas e lajotas. Diante desse cenário, o objetivo deste trabalho é apresentar o perfil das condições de trabalho e saúde dos ceramistas e os impactos socioambientais que essa indústria acarreta. A metodologia utilizada é qualitativa, tratando-se de estudo exploratório composto de pesquisa bibliográfica e de campo com a aplicação de questionário semi-estruturado formado por questões objetivas e discursivas em duas cerâmicas na área do município pesquisado. Com isso surge a necessidade de melhoria das condições de trabalho afim de que seja exercido de maneira mais segura e com menos impactos, tornando-se uma atividade sustentável em todas as dimensões.

---

HERBERT EMMANUEL LIMA DE OLIVEIRA

## **CONFLITOS AMBIENTAIS NOS EMPREENDIMENTOS EÓLICOS NO RIO GRANDE DO NORTE**

Nos últimos dezanos o estado do Rio Grande do Norte tem se notabilizado no cenário nacional, pela crescente ascensão de uma atividade econômica do setor energético, a exploração da atividade de base eólica. O discurso oficial dos thinktanks nos dão conta que os ventos do litoral são o motor que impulsionam o desenvolvimento local e regional, através da atividade, de forma “limpa” e sustentável. Caracterizando-se assim como projetos para o desenvolvimento local por meio da geração de emprego e renda aliada a ideia de mínimo impacto ambiental e de externalidades negativas. Entretanto, algumas literaturas que abordam o estudo sobre a energia eólica, principalmente na experiência europeia apontam para outra perspectiva. A perspectiva da existência de efeitos e de impactos negativos locais como a disputa com outras atividades econômicas como o turismo, dos impactos sociais gerados pela instalação da atividade e pela relação de degradação e supressão da paisagem e conseqüentemente o impacto paisagístico causado além de alterar a dinâmica das

comunidades localizadas próximas aos empreendimentos. Esses impactos em algumas situações, no estado tem emergido portanto como conflitos de natureza socioeconômicos ambiental causados pela inserção desses empreendimentos de energia eólica em municípios do estado e que irá gerar uma disputa pela ocupação do espaço. Assim, os empreendimentos eólicos têm avançado no estado, mesmo sendo observados esses conflitos. Sob a perspectiva dos teóricos esses conflitos ambientais eclodem no momento em que a comunidade ou grupos de interesse social disputam pela utilização do espaço quando este manifesta a ocorrência de efeitos não desejados de uma atividades sobre o ambiente. Ou seja, ocorrem quando uma prática de uma comunidade é ameaçada por impactos negativos ocasionados pela intervenção dessa atividade. Dessa forma a proposta deste trabalho consiste em realizar uma discussão sob a luz do conceito de conflitos ambientais. Como resultado objetiva realizar um estudo elaborado na identificação dos atores envolvidos, presentes na relação de conflito – mercado, estado e sociedade – em perceber como se dá a participação destes atores na arena decisória, à capacidade em que estes possuem de influenciar sobre as instituições, como se dá a entrada desta temática na pública para compreender como e se e como o governo elabora ações para a resolução desses conflitos.

---

JELISSE VIEIRA GOMES ALMEIDA

### **A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA REGIÃO METROPOLITANA FUNCIONAL DE NATAL-RN**

A crescente urbanização no Brasil nas últimas décadas, a proximidade dos centros urbanos e o fenômeno da globalização acarretou a consolidação de problemas de cunho estrutural nas cidades. Na perspectiva ambiental, a geração e consequente gestão de resíduos sólidos configuram-se como um dos principais problemas urbanos atuais, prejudicial à saúde pública e danoso para o meio ambiente, além de acarretar consequências imediatas para os centros urbanos. A fim de definir diretrizes, princípios e instrumentos fundamentais acerca da temática dos resíduos sólidos no âmbito nacional, estadual e municipal, foi instituída em agosto de 2010 a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), sendo considerada produto da articulação entre órgãos e entidades públicas e privadas, desde especialistas técnicos na gestão de resíduos sólidos até cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, em que se busca uma maior coerência entre a produção e o consumo consciente. Para que as políticas públicas logrem êxito no propósito a que se dispõe faz-se necessário a elaboração de novas formas de atuação e consequente articulação entre os grupos de interesse envolvidos. Dessa forma, esta dissertação compreende como objeto a Política Nacional de Resíduos Sólidos na Região Metropolitana funcional de Natal, levando em consideração que essa política pública possui como objetivos fundamentais enfrentar as consequências sociais, econômicas e ambientais do manejo de resíduos sólidos sem prévio e adequado planejamento técnico. A natureza qualitativa e exploratória desta pesquisa propõe analisar a atuação gestores públicos envolvidos na implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) na Região Metropolitana funcional de Natal (RMN) utilizando-se do método indutivo o que proporciona a criação novas estratégias e ações numa perspectiva regionalizada conforme estabelece os princípios da PNRS. Especificamente, possui como objetivos, diagnosticar a situação atual da problemática de resíduos sólidos na RMN funcional; apresentar os arranjos institucionais existentes para implementação da PNRS na RMN funcional e; mapear a atuação dos gestores públicos inseridos no contexto de implementação e efetivação desta política pública no espaço metropolitano.

---

JOANNA DE OLIVEIRA GUERRA

## **AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E O PROCESSO DE COPRODUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM NATAL (2014-2017)**

A promulgação da Constituição Federal de 1988 promoveu mudanças na gestão pública brasileira. Junto à redemocratização, adveio a abertura política que definiu a participação social como elemento essencial na busca pela consolidação da democracia. Diante de um cenário favorável à participação, decorrente de uma nova ordem institucional e federativa que alterou a relação entre Estado e Sociedade, foi possível observar o surgimento de uma elevada quantidade de organizações sociais espalhadas pelo país. A semelhança entre essas organizações se mostrava evidente, pois todas elas possuíam um objetivo maior em comum: a luta em prol da consolidação da democracia brasileira. Diante desse contexto, o presente estudo objetiva investigar a participação das organizações sociais com registro formal no processo de coprodução das políticas públicas na cidade do Natal/RN, tendo como recorte de pesquisa a política urbana, e como recorte temporal o período correspondente à execução do Plano Plurianual (PPA) do quadriênio 2014-2017. De forma mais específica, iremos desenvolver um estudo de caso, trabalhando junto às associações de moradores e conselhos comunitários da Região Administrativa Norte de Natal. Os dados serão coletados por meio de fontes de pesquisa caráter primário e secundário. No tocante as fontes primárias, trilharemos por meio da aplicação de entrevistas com os principais membros dessas organizações. Já entre as fontes secundárias, selecionamos a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental a partir da realização de análises de documentos oficiais, como leis, planos, projetos e relatórios, visando compreender como ocorre a participação das organizações sociais na coprodução de políticas públicas e reconhecendo a importância da relação entre os princípios da gestão democrática das cidades e a centralidade dessas organizações na concretização dos interesses das comunidades por elas representadas. A pesquisa acerca da atuação dessas organizações no processo de gestão da política urbana será de fundamental importância para responder a nossa pergunta de partida: qual o índice de participação (deliberação e representação) das organizações sociais de Natal nos espaços institucionais de participação social criados para o planejamento e a gestão da política urbana?

---

JULIETE BERNARDINO PEREIRA

### **EXPERIÊNCIAS PARTICIPATIVAS MUNICIPAIS:**

#### **um estudo de caso da infraestrutura da participação nos município de Natal e Parnamirim**

A divisão de responsabilidades e de ações entre governo e sociedade civil ganha relevância com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que instaura uma agenda democratizante, a qual compõe um processo político e social pelo qual vem passando a sociedade brasileira, cabendo ao novo modelo estatal plural e democrático, oportunizar a universalização e democratização das políticas públicas e principalmente oportunizar a participação nos processos decisórios a partir de uma nova governança participativa que focalize a emancipação social. (FREY, 2007). Posto isso, a elaboração, implementação e fiscalização das políticas públicas passaram a contar nos últimos anos com a participação direta da população e para isso inúmeros canais foram criados ou ampliados para consolidar a democracia participativa no país. Respaldo nesse contexto a proposta consiste em estudar o processo de construção e efetivação de espaços participativos, designados por Avritzer (2008), de “infraestrutura da participação”, ou seja, a variedade de instituições participativas expressas através de desenhos institucionais diferenciados, como os orçamentos participativos, os conselhos de políticas e os planos diretores municipais. Neste sentido, o objetivo é verificar a efetividade deliberativa, do Conselho Municipal de Educação e do Plano Diretor das cidades do Natal e Parnamirim, a partir de um estudo comparativo do processo de institucionalização, dinâmica de funcionamento e qualidade da participação

desses canais, a fim de perceber como esses instrumentos da gestão democrática impactam/deliberam sobre a política educacional e planejamento democrático da cidade nesses municípios.

---

JULLIANI LAISS ALVES MAIA

#### **DESVENDANDO O ESPAÇO URBANO:**

##### **um estudo sobre a relação entre a organização sócio-espacial e a mobilidade urbana na região metropolitana funcional de Natal**

Frente aos dilemas enfrentados por aqueles que residem em áreas urbanas, entre eles, a difícil tarefa de deslocar-se entre os vários pontos do espaço, para a realização das inúmeras tarefas inerentes a vida urbana, a pesquisa, aqui proposta, empenha-se em compreender as relações entre a organização sócio espacial e a rede técnica viária, e como esta relação interfere no deslocamento daqueles que dependem do sistema de transporte público coletivo. Tendo como área de estudo a Região Metropolitana funcional de Natal, composta pelos municípios: Natal, São Gonçalo do Amarante, Parnamirim e Extremoz. Para tal fim, busca-se saber: como organiza-se espacialmente a população da área de estudo, considerando as variáveis, densidade populacional e rendimento médio mensal; onde localizam-se as centralidades de comércio, serviço, e os grandes equipamentos indutores de fluxos; como está estabelecida a malha viária sobre o território da área de estudo, e a quais interesses atendem; como se estabelece espacialmente a rede do sistema de transporte público coletivo operante na área de estudo; o que dizem os instrumentos de planejamento urbano e de transporte a respeito disso, e quais são as propostas para ações futuras.

As análises aqui pretendidas serão possíveis a partir da conexão entre conceitos teóricos sobre os temas abordados, dados secundários obtidos em órgãos e entidades públicas e privadas relacionadas aos temas tratados e a utilização de sistemas de informações geográficas. Isto posto, espera-se que as análises teóricas e espaciais propostas nesta pesquisa resultem em caminhos possíveis à resolução de problemas relacionados ao deslocamento de pessoas no espaço urbano, que conseqüentemente estão vinculados ao desenvolvimento urbano e regional.

---

LIDIANE ALVES UCHOA

#### **POLÍTICAS PÚBLICAS, TERRITÓRIO E MICROCEFALIA:**

##### **um estudo sobre o Rio Grande do Norte – 2014 a 2017**

Entre novembro de 2015 e dezembro de 2016, o Ministério da Saúde, confirmou 2.366 casos de crianças com microcefalia causada pelo vírus da Zika. Desses, 142 foram confirmados no Rio Grande do Norte e existem ainda 107 em investigação. Estudos realizados, confirmam que o crescimento dos casos está associado ao vírus da Zika que é uma doença transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*. Diante deste quadro alarmante e principalmente com maior repercussão no Nordeste, a presente pesquisa busca realizar um estudo para investigar a localização territorial com maior evidência desses casos no Rio Grande do Norte, bem como apreciar os aspectos sociais e econômicos que permeiam essas famílias e durante as investigações, analisar a assistência prestada pelo Estado junto a essas famílias. É relevante destacar que as articulações das políticas públicas são imprescindíveis para sanar ou ao menos minimizar um cenário como esse vivenciado pela população afetada pela zica. Dessa forma, para o sucesso do estudo, uma ampla revisão bibliográfica será feita em cima do tema de políticas públicas que possa abranger esta problemática, bem como outras áreas que possam agregar a pesquisa. Acredita-se que seja necessário organizar as políticas públicas, dentre as de saúde, saneamento, urbanização e rever um



controle dessas endemias de forma articulada com políticas públicas de caráter participativo, almejando assim a eficiência.

---

LUIS RENATO NOGUEIRA DA ROCHA

### **CIDADES E ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS:**

#### **programas, projetos e procedimentos do poder público em Natal/RN**

As cidades brasileiras, sobretudo as grandes e médias, vivem, já há alguns anos, uma situação complexa ocasionada, em grande medida, pelo acelerado processo de urbanização que transformou as estruturas espaciais e sociais das cidades, fazendo emergir uma série de problemas, dentre as quais podemos destacar o acirramento da pobreza e a intensificação das desigualdades socioespaciais. Os resultados mais visíveis desse processo podem ser identificados a partir da fragmentação das cidades e da formação da dicotomia entre espaços de pobreza urbana *versus* áreas privilegiadas. Mais recentemente, em meados dos anos 2000, com a retomada dos investimentos públicos em infraestrutura urbana e social, surgiram novas expectativas quanto ao desenvolvimento das cidades brasileiras. Os grandes investimentos em obras de infraestrutura e habitação (destaque-se as intervenções em assentamentos precários), como também as políticas de distribuição de renda implementadas no Brasil no período, trouxeram novas dinâmicas para as cidades e impactaram na qualidade de vida da população. Apesar da existência de programas importantes como Habitar Brasil BID, de 1999, e o Projeto de Assistência Técnica ao Programa de Saneamento para Populações em Áreas de Baixa Renda (PAT PROSANEAR), criado em 2000, os investimentos em obras de infraestrutura e habitação começaram a se expandir a partir do lançamento do Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, em 2003, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, e do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em 2009. Foram inúmeros os desdobramentos desses programas nas cidades brasileiras, principalmente quando voltamos os olhos para os assentamentos precários. Diversos projetos de urbanização e remoção desses assentamentos foram implementados nas cidades, a exemplo de Natal, capital do Rio Grande do Norte. Existe, no âmbito do município, uma carteira de projetos habitacionais de intervenção em assentamentos precários, que variam desde intervenções pontuais até grandes projetos integrados. Os projetos geridos pela Prefeitura do Natal atuaram sobre 15 assentamentos precários nas quatro regiões administrativas da cidade, entre os anos de 2002 e 2016. Alguns foram executados completamente e outros ainda estão em fase de execução (atrasados ou paralisados), seguindo-se duas lógicas de intervenção: a urbanização e a remoção. Neste sentido, o presente trabalho objetiva fazer um estudo acerca desses projetos, buscando compreender i) como o poder público vem atuando em relação aos assentamentos precários existentes na cidade; ii) identificar qual a situação atual de cada um desses projetos; iii) mapear as áreas desocupadas por meio dos projetos e identificar o seu uso atual; eiv) como os agentes envolvidos estão trabalhando, atualmente, na execução dos mesmos. Os procedimentos metodológicos adotados para a realização deste trabalho são os de pesquisa qualitativa e documental. Até o momento foram entrevistados alguns dos gestores envolvidos nos projetos, ao passo que analisou-se documentos oficiais e trabalhos acadêmicos já realizados acerca de alguns projetos.

---

MARÍLIA CLÁUDIA LEMOS MONTEIRO FERREIRA

### **A CIENTIFICIZAÇÃO DOS RISCOS AMBIENTAIS DECORRENTES DA PRODUÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS:**

#### **um fator de fomento econômico-social e de busca de alternativas e de sustentabilidade**

O presente trabalho tem como finalidade a análise e observação de um problema ambiental que só vem crescendo nas últimas décadas e tende a aumentar em projeções cada vez maiores, considerando o estilo de vida consumista atual, bem como o adensamento urbano da população, o que propicia a produção contínua e ininterrupta de resíduos sólidos nas grandes cidades, gerando dificuldades ao poder público em dar uma destinação correta e sustentável a esse problema. A cientificização desses riscos é crucial para identificação e tomada de decisões na área ambiental, bem como perceber novas alternativas sustentáveis que englobem ao mesmo tempo a destinação do lixo urbano produzido e sua utilização como fonte geradora de energia, fomentando a economia e afetando positivamente tanto o retorno financeiro, quanto a imagem político social do ente público. A Lei nº 12.305/10, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, veio dentro de esse contexto traçar e implementar medidas que solucionassem essas questões, inclusive com o aproveitamento energético do biogás nos aterros sanitários, com a possibilidade de produção de energia elétrica seja através do próprio biogás, seja por meio da incineração dos resíduos sólidos. Utiliza-se especialmente o método exploratório que visa à descoberta e elucidação de uma particularidade ou situação que a princípio não é bem entendida, buscando proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses. Portanto tem-se como objetivo da pesquisa elucidar as oportunidades econômicas e sociais desenvolvidas a partir da aplicação da Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, com a destinação correta do lixo, e sua viabilidade como fonte geradora de energia, ensejando a máxima de Lavoisier: “Na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”.

---

MARTA MARIA DA CONCEIÇÃO

## **A RELAÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL A PARTIR DA DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:**

### **as experiências de Natal e Parnamirim (2015-2016).**

A Assistência Social, instituída pela Constituição de 1988, é dever do Estado e direito do cidadão que se realiza através de um sistema descentralizado e participativo a partir de um modelo de gestão democrática articulando Estado e sociedade civil no processo decisório e na fiscalização da sua execução, financiamento e efetividade. Os conselhos gestores assumem institucionalmente a prerrogativa de materializar a participação para a democratização e efetividade das políticas públicas, sendo sua existência condição legal para a transferência de recursos federais. A literatura demonstra que essas instituições estão consolidadas para esse processo, contudo é necessário compreender a dinâmica de funcionamento dos conselhos e a sua relação com os órgãos gestores para analisar a qualidade da participação e a sua influência no âmbito do processo decisório e do controle social das políticas públicas. Assim, o objetivo desse trabalho é analisar os conselhos municipais de Natal e Parnamirim no Rio Grande do Norte com base nos pressupostos das teorias da democracia participativa e deliberativa, apreendendo as categorias analíticas da participação, da representação política, da efetividade deliberativa e da *accountability*. A partir da pesquisa documental das leis de criação dos conselhos, regimentos internos, resoluções e relatórios de gestão, bem como da participação em reuniões dos colegiados e das entrevistas com conselheiros e gestores, buscou-se empreender uma análise sobre como o compartilhamento do poder acontecem nessas instâncias e como elas influenciam as respectivas gestões municipais. Os resultados demonstram que a dinâmica de funcionamento dos conselhos relaciona-se tanto à abertura da gestão à participação quanto ao protagonismo dos conselheiros em promover debates, apresentar demandas e exercer o controle social sobre as ações e prestações de contas dos gestores. Nesse sentido, foi possível perceber que há múltiplas questões intrínsecas ao processo,

principalmente relacionadas à representação política dos conselheiros, que influenciam a dinâmica de funcionamento do conselho demonstrando uma correlação de forças ainda desigual entre Estado e sociedade civil.

---

MIKAEL VICTOR SILVA DA CÂMARA

## **A GESTÃO, A POLÍTICA E O PLANEJAMENTO URBANO:**

### **análise dos planos diretores de Natal/RN entre 1994 e 2007**

Após a Constituição Federal de 1988, vários marcos legais e figuras jurídicas foram vinculadas e incorporadas nas legislações municipais. Dentre esses, o principal instrumento de política urbana, escolhido pelo constituinte, foi o Plano Diretor, incorporando-o aos aspectos do regime político-democrático, tornando-se parte integrante e obrigatório do planejamento municipal.

Destarte, para elaborar e implementar um instrumento urbanístico como o Plano Diretor, além da capacidade técnica e da participação social, é necessário entender também como funciona o maquinário público e interpretar “*The Management*”, que baseia-se basicamente nas articulações e negociações dos gestores públicos e que impactam consideravelmente no planejamento urbano das cidades. Logo, para compreender tais ações e efeitos em um território, o objetivo desta pesquisa é traçar uma avaliação recente, entre 1994 e 2007, do planejamento urbano da cidade do Natal/RN pela ótica da política e da gestão.

Porquanto, optou-se fazer essa escolha para contribuir com a difusão da história recente da gestão e do ordenamento territorial da cidade do Natal/RN e, mais do que isso, verificar os perfis e/ou as tipologias entre os gestores, agentes públicos e sociedade durante os processos de elaboração e implementação de um plano diretor; mormente, investigar todo o processo histórico e político entre 1994 e 2007 e as importantes transformações administrativas e de gestão ocorridas dentro desse período.

Nesse contexto, os dois planos diretores pós-constituinte – o de 1994 e o de 2007 – da cidade do Natal/RN foram escolhidos como objeto de análise desta pesquisa, tendo em vista que o município seguiu os passos da política urbana de outras cidades brasileiras, entretanto aparentou aspectos e questões políticas peculiares que impactaram fortemente no planejamento e gestão urbana da cidade.

Metodologicamente serão feitas pesquisas documentais e bibliográficas, separadas arquivisticamente entre temas, imagens e momentos específicos da história do planejamento urbano e gestão urbanos de Natal; além de pesquisa explicativa com procedimentos históricos, para identificar fatores de operância e inoperância do planejamento a partir de uma retrospectiva; e da pesquisa de campo, que será feita através de entrevistas com indagações abertas com cerca de 10 atores – entre prefeitos, secretários, técnicos e sociedade – que se destacaram nos processos de implantação dos dois planos diretores em Natal/RN.

Com efeito, a pesquisa não busca encontrar respostas fechadas, não obstante, pretende contribuir com a história do planejamento e da gestão local e revelar as principais dificuldades enfrentadas durante todo o processo político-administrativo de elaboração e implementação de um Plano Diretor. Enfim, esta pesquisa visa também influenciar a reflexão e o debate acadêmico, de modo que outros pesquisadores de âmbito nacional estudem o Plano Diretor a partir de uma visão institucional, política, histórica e com um sentido mais humano, e não somente como instrumento bruto, técnico e burocrático.

---

RAMON IURY ALVES DE AMORIM

## **CONTENTIOUS POLITICS:**

### **coalizão, repertórios e oportunidades políticas no movimento social Comitê Popular da Copa do Mundo**

A implementação das políticas públicas de mobilidade, em virtude da realização da Copa do Mundo de 2016, foi marcada por constrangimentos às populações de baixa renda, pela baixa capacidade dialógica dos governos, amparados em altas aprovações populares, e pela resistência organizada, especialmente através do movimento social denominado “Comitê Popular da Copa” (CPC), cuja relevância foi resultado da particularidade política e social de cada cidade-sede. Natal se insere nesse contexto caracterizando-se como uma “ilha” de desacordo entre a população local e os governos municipal e estadual. Uma “ilha” posto que foi um ponto fora da curva diante das expressivas taxas de aprovação dos governantes municipais e estaduais no Brasil até a emergência dos ciclos de protestos de 2013. A particularidade política da capital permitiu o surgimento de diversas ações coletivas de confronto às gestões da prefeita de Natal, Mícarla de Sousa (PV) e da governadora Rosalba Ciarlini (DEM). Particularmente, chama a atenção que Natal foi a única dentre as cidades-sede da Copa do Mundo a frear a política de desapropriações para implementação da política de mobilidade, um dos vetores importantes de políticas públicas relacionadas à competição futebolística. A partir da literatura da *contentious politics*, em especial pelos conceitos de Estrutura de Oportunidades Políticas, repertório e Ciclos de Protestos, as teorias sobre movimentos sociais vêm sendo renovadas no país, numa espécie de revalorização do movimento social, dos processos organizativos e de mobilização. Nesse sentido, o presente trabalho pretende analisar os mecanismos causais do movimento Comitê Popular da Copa/RN a partir da compreensão das oportunidades políticas produzidas no contexto municipal e analisar o repertório introduzido pelo movimento em sua contenda com o governo municipal. Particularmente, o trabalho pretende dimensionar a importância do contexto e como os instrumentos de ação do movimento social impactaram sobre a interdição do projeto de desapropriação.

---

RAYANE TEIXEIRA DE LIRA DOS SANTOS

### **GESTÃO PARTICIPATIVA E POLÍTICAS ESPORTIVAS NO RIO GRANDE DO NORTE**

Nos últimos anos, a temática sobre participação popular e controle social de Políticas Públicas no esporte e lazer tem despertado interesse dos brasileiros, devido principalmente aos Megaeventos ocorridos nos últimos anos. Sendo o esporte um assunto de caráter importante para o enfrentamento de diversos problemas da sociedade e na promoção do desenvolvimento das Políticas Públicas para o País, é importante entender o papel dos Conselhos de Esporte e Lazer nos Estados e Municípios, visto que é uma forma de mecanismo de participação e controle social de políticas públicas de Esporte e Lazer. Assim, existe uma lacuna nas pesquisas acadêmicas quando se trata de política desportiva e participação social e o RN está dentro dessa lacuna, e baseado nisso a pesquisa tem com objetivo responder a alguns questionamentos: como se dar o processo de definição das políticas desportivas no RN? O conselho desportivo, mesmo sendo um fórum consultivo é utilizado como arena de diálogo com a sociedade? Qual a estrutura disponível para o diálogo com a sociedade? Eles têm cumprido seu papel e se está em conformidade com as propostas aferidas na III Conferência Nacional do Esporte e Lazer de 2010? De que forma ocorre a atuação dos Conselhos de Esporte e Lazer no Rio Grande do Norte? Até que ponto a Gestão Participativa é efetiva no Conselho de Esporte e Lazer no que concerne a maior pluralidade de atores sociais? O presente projeto de pesquisa pretende responder a estas questões principais partindo da análise da atuação do Conselho de Esporte e Lazer do Rio Grande do Norte, investigando seu papel e considerando a sua conjuntura atual e formação. Para tanto, tomaremos como referência as Políticas Sociais na sua concepção, desenvolvimento e gestão dos serviços. Ainda, pretende-se investigar como

ocorre o avanço e a participação social no Fórum de Esporte e Lazer. A pesquisa será de caráter qualitativo e seus procedimentos metodológicos serão a pesquisa bibliográfica de temas relacionados a agenda das políticas públicas, formulação de políticas sociais, atuação de fóruns e conselhos de esporte e lazer. Faremos uma pesquisa documental, utilizando fontes primárias e secundárias dos documentos produzidos nas três esferas de poder (Federal, Estadual e municipal). Também, realizaremos entrevistas semiestruturadas com os principais atores sociais que participam do conselho estadual de esporte e lazer.

---

RYLANNEIVE LEONARDO PONTES TEIXEIRA

### **CIDADES E MUDANÇAS CLIMÁTICAS:**

#### **interferência nas condições de vulnerabilidade, riscos e desastres socioambientais em Natal e Curitiba**

Atualmente, as cidades brasileiras vêm passando por alterações climáticas que incluem a elevação da temperatura, gerando aumento de chuvas que, por sua vez, podem potencializar a probabilidade de ocorrência de desastres socioambientais, principalmente em áreas vulneráveis a riscos ambientais. Sendo assim, entender como as cidades contemporâneas atuam sobre as mudanças climáticas é uma questão fundamental no contexto de construção de uma cidade sustentável e justa. Nesse contexto, esta proposta de pesquisa de dissertação tem como objetivo investigar as condições de vulnerabilidade, riscos e desastres socioambientais nas cidades de Natal e Curitiba de maneira comparativa, buscando compreender se elas estão preparadas para as mudanças climáticas. A metodologia deste projeto, configurada por uma pesquisa com abordagem qualitativa, é constituída basicamente por três etapas, sendo a primeira aquela que permite o levantamento do referencial teórico sobre cidades e mudanças climáticas, bem como vulnerabilidade, riscos e desastres socioambientais; a segunda, responsável pela pesquisa documental e de fontes secundárias, com posterior análise de seus dados; e a terceira e última possibilita as visitas de campo às cidades de Natal e Curitiba, fazendo uso de estudo de caso com análise comparativa como método de pesquisa e, de entrevistas em profundidade, como instrumento de coleta de dados.

---

SHAYENNE BARBOSA DIAS

### **AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS DA CIDADE:**

#### **condomínios horizontais fechados em Natal – RN.**

Esta pesquisa propõe uma discussão acerca do espaço urbano capitalista como produto social, sendo resultado de ações acumuladas através do tempo, engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço. Trataremos através da temática dos condomínios horizontais fechados, as transformações ocasionadas por esses agentes e como eles se materializam no espaço. A cidade é resultado da dinâmica de apropriação e uso do espaço urbano. Espaço que se apresenta de forma fragmentada, porém articulado, que reflete seu processo de construção ocorrido ao longo do tempo, espaço que é condicionado e condicionante da sociedade. As novas formas de moradia, consumo e lazer, adquirem a capacidade de modificar as interações pré-existentes em uma determinada formação socioeconômica. Novos elementos, como os condomínios horizontais fechados, têm a potencialidade de modificar as interações sociais em determinado lugar, seja através dos fluxos que geram, da valorização imobiliária ou até de sua arquitetura. A partir da segunda metade dos anos 1990 a cidade de Natal passa a receber de forma mais sistemática essa “nova forma de morar”. Diversos autores como Caldeira (2000) e Spósito (2004), de forma recorrente, sinalizam para a problemática dos condomínios fechados e que esses

espaços, aí incluídos também os shopping centers e grandes escolas privadas, seriam espaços de auto-segregação, pois não possuem um caráter social, de encontro e convivência das camadas sociais e sim da convivência de uma determinada classe social que pode pagar pelo uso desses locais “intra-muros”. A relação do condomínio com o bairro, sua disposição morfológica e a composição arquitetônica podem influenciar o espaço urbano e a forma como as pessoas se apropriam, ou não, desses “novos espaços”. Em Natal, os condomínios erguem-se convolutos a malha urbana, modificando a paisagem e a imagem da cidade. Os diversos estudos sobre condomínios têm voltado o foco de análise para o impacto dos condomínios na dinâmica sociospacial de um ponto de vista macro, ou mesmo na sua dinâmica interna. No entanto, o problema que se coloca é de que forma os condomínios, especialmente no caso dos que são criados no interior da malha urbana como em Natal, têm impactado em seu entorno imediato? Como tais empreendimentos têm alterado a paisagem e os usos dos equipamentos urbanos? Busca-se então, como objetivo geral, analisar o impacto da implantação desses empreendimentos na paisagem, a segregação sócio-espacial gerada e o reflexo dessa implantação para aqueles que moram ou trafegam no exterior das áridas barreiras dos condomínios horizontais fechados.

---

SUZANA CAROLINA DOS SANTOS DUTRA DE MACEDO COSTA

### **CIDADANIA E CASA PRÓPRIA - COMO ESSA RELAÇÃO SE MANIFESTA?**

#### **uma análise a partir do Programa Minha Casa Minha Vida no Conjunto Residencial Vivendas do Planalto em Natal/RN**

A moradia é um direito social garantido pela Constituição Brasileira de 1988; sua concretização, de acordo com tratados internacionais ratificados pelo Estado Brasileiro, impõe a observância de vários outros direitos, como, por exemplo, o direito a um nível de vida adequado, com igualdade de acesso a todos aos bens públicos e serviços de qualidade. Ao mesmo tempo em que figura um direito social, a moradia, enquanto bem físico, se insere no contexto de mudanças econômicas, políticas e territoriais que ocorreram mundialmente sob a égide da hegemonia do pensamento e das práticas neoliberais, parecendo se tornar mais um elemento de consumo do mercado. A inversão do sentido da produção social da moradia – de direito para mercadoria – condiciona sua concretização a um propósito quantitativo, uma meta, substituindo a luta pela moradia pela luta ao crédito. Diante desta nova dinâmica, a pesquisa partiu da premissa de que a convergência da Moradia como mais um direito do Consumidor-Cidadão, em vez de um Direito Social, é provocado também pela ênfase que as políticas públicas assumiram, mais recentemente, em fazer par com os interesses de mercado, isto é, proporcionar uma acumulação do capital por meio ampliação da mercadoria “moradia social” como objeto de consumo. Tomando como objeto a relação entre Moradia e Cidadania, a pesquisa teve como objetivo compreender os efeitos da política de moradia na consolidação da Cidadania como elemento de integração ao Direito à Cidade. Os questionamentos que estão na base da pesquisa são: Pode uma política habitacional ampliar ou prejudicar o sentido de Cidadania de parte da população? É a moradia condição básica para a Cidadania ocorrer de modo ampliado? Os resultados do estudo revelaram que a aquisição da casa própria por um programa do Governo gera no indivíduo a sensação de pertencimento social, concedendo-lhe, implicitamente, o *status* de ‘cidadão’, na medida em que, ao sair de condições ilegais e/ou irregulares de moradia e assumir deveres advindos de uma moradia legal e regular, o indivíduo passa a se sentir portador de direitos, com voz para reivindicá-los perante o Estado. A condução da investigação do objeto de pesquisa foi orientada por uma compreensão dialética da discussão sobre Cidadania e Moradia, que permitiu, a partir da revisão bibliográfica e de uma pesquisa de campo realizada no empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida – faixa 1 – Residencial

Vivendas do Planalto, localizado no bairro Guarapes, Região Administrativa Oeste do Município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, captar a essência desta relação que pretendemos estabelecer.

---

THAIS DOS SANTOS VIEIRA GABI DE MACEDO

### **ESPAÇO PÚBLICO:**

#### **da modernidade à pós-modernidade**

Muitas das modificações ocorridas na transição do mundo para a modernidade foram percebidas no espaço público. O indivíduo, que antes se orientava por meio da tradição e da religião, perdeu suas garantias para se conduzir e passou a contar com novas interpretações das experiências cotidianas. Partindo da concepção de que os indivíduos são formados e formam seu meio, na modernidade, a monetarização das relações teve ressonância nas mais diversas interações sociais. Essas transformações ganham novas significações na pós-modernidade, na medida em que esta está conectada ao deslocamento do fordismo para a acumulação flexível do capital. De forma mais específica, este trabalho pretende articular os principais conceitos teóricos apreendidos com os temas inerentes às obras de Kafka, na literatura e Welles, no cinema. Sendo assim, é na perspectiva de compreender as modificações que ocorreram e ocorrem no espaço público na modernidade e na pós-modernidade, a partir de conceitos contemporâneos, de maneira analítica e dialética, que esta pesquisa avança.

---

THAYSA TAIANNE BELO COSTA

### **A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DA SOCIEDADE CIVIL:**

#### **a experiência do Conselho Municipal de Saúde de Natal/RN**

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, iniciou-se, no Brasil, uma vasta institucionalização de espaços para o exercício da participação social, dentre os quais inclui-se, por exemplo, o surgimento de conselhos gestores de políticas públicas; a criação de orçamentos participativos; a realização de conferências e fóruns e a previsão da gestão democrática das cidades nos planos diretores municipais. Recentemente, a questão da representatividade dos atores que atuam em nome da sociedade civil nos conselhos gestores de políticas públicas tem sido bastante discutida. Tais questionamentos recaem sobre a legitimidade desses atores para atuarem e, conseqüentemente, influenciarem as deliberações e os processos de tomada de decisão nas instâncias participativas. Desse modo, tornam-se essenciais o estudo e a compreensão dessa representação, tendo em vista estar-se diante de espaços que alargam a representação política para além do modelo eleitoral. No sentido do exposto, a presente pesquisa discutirá a representação política exercida pela sociedade civil no Conselho Municipal de Saúde do município de Natal. Objetiva-se investigar o exercício da representação política da sociedade civil no Conselho Municipal de Saúde de Natal, no período compreendido entre janeiro de 2010 e dezembro de 2016. Dessa forma, a pesquisa pauta-se na hipótese de que a representação da sociedade civil mantém suas decisões independentes da sua base de representação, contribuindo, assim, para o distanciamento entre representantes e representados. Para a realização do estudo proposto, serão adotados, enquanto estratégias metodológicas a análise do desenho institucional; a realização de entrevistas semiestruturadas com os conselheiros municipais de saúde de Natal, que exerceram representação entre 2010 e 2016, e suas respectivas organizações/instituições; e, por último, adotar-se-á a análise documental de atos administrativos como forma de compreender qual a influência dos representantes da sociedade civil nas decisões do Conselho.

## **ARQUITETURA PORTUGUESA:**

### **da Escola do Porto à arquitetura contemporânea**

O presente plano de estudo de Mestrado em Estudos urbano e regionais, tem como objetivo refletir sobre a influência da corrente oriunda do movimento modernista denominado Escola do Porto, em Portugal, na produção do espaço público no entorno de edifícios contemporâneos. Apesar de ter sua origem na década de 1950, atualmente é possível encontrar os preceitos deste movimento nas linguagens estéticas e funcionais das obras contemporâneas, pois levam em consideração a harmonia da inserção entre o edifício e o ambiente pré-existente, a fim de proporcionar melhor qualidade de uso, de conforto e de beleza.

Com foco na arquitetura portuguesa, o estudo propõe analisar o movimento Escola do Porto a partir da contribuição dos seus principais arquitetos fundadores, Fernando Távora, Álvaro Siza Vieira e Eduardo Souto de Moura, através da aplicação de seus preceitos, que aliam as inovações do movimento Modernista com a necessidade de respeitadas tradições do local, a sua materialidade e o contexto das novas edificações em relação ao tecido urbano pré-existente.

A partir deste estudo, identificar a influencia da Escola do Porto na produção do espaço público contemporâneo de Portugal e realizar uma análise direcionada parao entorno de edifícios icônicos, a fim de responder a pergunta de partida: existe harmonia na inserção da obra como um todo e o meio ambiente pré-existente?

Para responder este questionamento, propõe-se realizar um estudo exploratório acerca dos espaços públicos situados no entorno de 05 edifícios contemporâneos, localizados em Portugal e concebidos por arquitetos portugueses de renome, diante de diversos aspectos, tais como: sua inserção no entorno, suas formas de utilização e seu processo de concepção.

Para tanto será necessário compreender aspectos diversos deste espaço como, identificar de que forma o espaço público adjacente a edifícios icônicos contribui para dar destaque ou minimizar o impacto visual da edificação diante dos elementos pré-existentes, identificar a incidência (ou não) de usos desses espaços pela população e qual o seu perfil de utilização e analisar a consolidação destes espaços públicos no meio urbano ao longo do tempo em relação ao meio urbano. Além da necessidade de buscar, no discurso dos autores das obras, em qual aspecto se deu a preocupação com a concepção dos espaços livres no contexto do projeto como um todo.

Por fim, espera-se, com este estudo, contribuir para a qualidade dos projetos de áreas públicas ligadas a edifícios icônicos nas cidades e produção de um tecido urbano coeso. Além de contribuir com as possibilidades de projeção e trazer aspectos da arquitetura portuguesa para a reflexão na concepção do projeto de edifícios contemporâneos de destaque.